

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
***(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)***

## **1 Informações da Companhia e do Grupo**

### **1.1 Contexto operacional**

A Rumo S.A. (“Companhia” ou “Rumo S.A.”), é uma companhia de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código RAIL3, e tem sua sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil, além de participar em outras sociedades e empreendimentos, cujos objetos são relacionados com logística.

A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário na região Sul do Brasil, por meio da controlada Rumo Malha Sul S.A. (“Rumo Malha Sul”), e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo por meio da Companhia, das controladas Rumo Malha Paulista S.A. (“Rumo Malha Paulista”), Rumo Malha Norte S.A. (“Rumo Malha Norte”) e Rumo Malha Oeste S.A. (“Rumo Malha Oeste”). Alcançará ainda os estados de Goiás e Tocantins por meio da controlada Rumo Malha Central S.A. (“Rumo Malha Central”). Além disso, a controlada Brado Logística e Participações S.A. (“Brado”) opera no segmento de contêineres, enquanto a Elevações Portuárias S.A. (“Elevações Portuárias”) conta com terminais de transbordo e terminais exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**1.2 Concessões de operações ferroviárias e terminais portuários**

A Companhia detém, por meio de subsidiárias ou coligadas, a concessão de serviços de ferrovia e terminais portuários, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

<b>Empresas</b>	<b>Término da concessão</b>	<b>Área de abrangência</b>
<b>Controladas</b>		
Elevações Portuárias S.A.	Março de 2036	Porto de Santos-SP
Rumo Malha Paulista S.A.	Dezembro de 2058	Estado de São Paulo
Rumo Malha Sul S.A.	Fevereiro de 2027	Sul do Brasil e Estado de São Paulo
Rumo Malha Oeste S.A.	Junho de 2026	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Rumo Malha Norte S.A.	Mai de 2079	Centro-Oeste
Rumo Malha Central S.A.	Julho de 2049	Norte, Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Portofer Ltda.	Junho de 2025	Porto de Santos-SP
<b>Coligadas</b>		
Terminal XXXIX S.A.	Outubro de 2050	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP

As controladas e coligadas acima estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias e terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a ICPC 01(R1) / IFRIC 12– Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos e CPC 27 / IAS 16 – Ativo Imobilizado.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**1.3 Informações sobre o Grupo**

**a) Subsidiárias:**

As demonstrações financeiras Consolidadas da Companhia Incluem:

<b>Controladas</b>	<b>Participação direta e indireta</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Logisport Armazéns Gerais S.A.	51,00%	51,00%
Elevações Portuárias S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Luxembourg Sarl	100,00%	100,00%
Rumo Intermodal S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Oeste S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Paulista S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Sul S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Norte S.A.	99,74%	99,74%
Rumo Malha Central S.A.	100,00%	-
Boswells S.A.	100,00%	100,00%
ALL Argentina S.A.	100,00%	100,00%
Paranaguá S.A.	100,00%	100,00%
ALL Armazéns Gerais Ltda.	100,00%	100,00%
Portofer Ltda.	100,00%	100,00%
Brado Logística e Participações S.A.	62,22%	62,22%
Brado Logística S.A.	62,22%	62,22%
ALL Mesopotâmica S.A.	70,56%	70,56%
ALL Central S.A.	73,55%	73,55%
Servicios de Inversión Logística Integrales S.A	100,00%	100,00%
Terminal São Simão S.A. <sup>(i)</sup>	51,00%	-

(i) A Companhia foi constituída em 22 de maio de 2020, e se encontra em fase pré-operacional.

**b) Associadas:**

A Companhia possui participação de 30% na Rhall Terminais Ltda. (30% em 2019), 19,85% na Termag S.A. (19,85% em 2019), 9,92% na TGG S.A. (9,92% em 2019) e 49,62% no Terminal XXXIX S.A. (49,62% em 2019). A Administração entende que existe influência significativa decorrente da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

**c) Controle do Grupo:**

A Companhia é controlada direta da Cosan Logística S.A. (“Cosan Logística”), que detém 28,20% do seu capital. A controladora final da Companhia é a Cosan Limited, listada na Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (ticker — CZZ).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

## **2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais**

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Os IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelos IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2020.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**2.2 Políticas contábeis gerais**

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

**a) Uso de julgamentos e estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

**Julgamentos:**

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na avaliação do prazo do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**Incertezas sobre premissas e estimativas:**

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Notas 5.12.1 e 5.12.2 – Imobilizado e intangível:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.14 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.15 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 6.5 - Pagamentos com base em ações:** Estimativa de perda de instrumentos durante o período de “*vesting*”.
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

**b) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas subsidiárias, localizadas no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. As principais moedas funcionais das subsidiárias localizadas fora do Brasil são o dólar americano e o peso argentino.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio apurada na data de apresentação.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas e apresentadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. No entanto, se a operação no exterior for uma subsidiária não integral, então a proporção relevante da diferença de conversão é alocada para os interesses de não controladores. Quando uma operação no exterior é alienada ou ocorre perda de controle, o valor acumulado na reserva de conversão relacionada àquela operação no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação.

As taxas de câmbio do Real (R\$) para as moedas funcionais de suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são:

<u>Moeda</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Dólar americano (USD)	5,1967	4,0307
Peso argentino (ARS)	0,0619	0,0673

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

### **2.3 Mensuração do valor justo**

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** As entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** As entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- **Nível 3:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. **6.5** - Pagamento com base em ações;
- ii. **5.8** - Instrumentos financeiros derivativos.

Os títulos das Sênior Notes cotados na Bolsa de Valores de Luxemburgo (“LuxSE”) apresentaram o seguinte comportamento, em percentual do valor nominal de face:

<b>Empréstimo</b>	<b>Empresa</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Sênior Notes 2024	Rumo Luxembourg	104,17%	107,90 %
Sênior Notes 2025	Rumo Luxembourg	105,96%	107,27 %
Sênior Notes 2028	Rumo Luxembourg	108,75%	-

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Os valores contábeis e o valor justos dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados a valor justo são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
			Nível 2	Nível 2
<b>Ativos</b>				
Títulos e valores mobiliários	1.396.723	1.751.853	1.396.723	1.751.853
Instrumentos financeiros derivativos	3.988.524	1.624.023	3.988.524	1.624.023
<b>Total</b>	<b>5.385.247</b>	<b>3.375.876</b>	<b>5.385.247</b>	<b>3.375.876</b>
<b>Passivos</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	-	(482)	-	(482)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(10.925.462)	(7.036.181)	(10.925.462)	(7.036.181)
<b>Total</b>	<b>(10.925.462)</b>	<b>(7.036.663)</b>	<b>(10.925.462)</b>	<b>(7.036.663)</b>

#### 2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

##### 2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alteração do IFRS 16 – CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil;
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**3 Negócios, operações e administração da Companhia**

**3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros**

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevante ao contexto.

<b>Risco</b>	<b>Exposição decorrente de:</b>	<b>Mensuração</b>	<b>Gestão</b>
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, outros tributos a pagar, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

**a) Risco de mercado**

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

**i. Risco cambial**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2.614.419	11.884
Contas a receber de clientes	7.117	11.372
Fornecedores	(55.572)	(6.639)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(11.091.184)	(5.798.048)
Derivativos de taxa de câmbio ( <i>nocional</i> ) <sup>(i)</sup>	8.500.680	5.845.793
Passivo de arrendamento	(99.217)	(65.348)
	<b>(123.757)</b>	<b>(986)</b>

(i) Estes saldos equivalem ao valor do *nocional* em Dólar e Euro convertidos para R\$ pela taxa de 31 de dezembro de 2020.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2020, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado, antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras no cenário provável, e para aumentos e diminuições de 25% e 50%, como segue:

Instrumento	Fator de risco	31/12/2020				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	Flutuação do câmbio	(174.422)	435.577	1.045.577	(784.421)	(1.394.421)
Contas a receber de clientes	Flutuação do câmbio	(475)	1.186	2.846	(2.135)	(3.796)
Fornecedores	Flutuação do câmbio	3.708	(9.259)	(22.225)	16.674	29.640
Derivativos de taxa de câmbio (nacional)	Flutuação do câmbio	(567.691)	1.415.555	3.398.802	(2.550.939)	(4.534.186)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Flutuação do câmbio	740.518	(1.847.148)	(4.434.815)	3.328.185	5.915.851
Passivo de arrendamento	Flutuação do câmbio	6.619	(16.530)	(39.680)	29.769	52.918
<b>Impactos no resultado do exercício</b>		<b>8.257</b>	<b>(20.619)</b>	<b>(49.495)</b>	<b>37.133</b>	<b>66.006</b>

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2021. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável:

	31/12/2020	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	5,1967	4,8500	6,0625	7,2750	3,6375	2,4250
Euro	6,3779	5,9170	7,3963	8,8755	4,4378	2,9585

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**ii. Risco da taxa de juros**

A Companhia e suas subsidiárias possuem instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições de 25% e 50% nas taxas de juros:

<b>Exposição taxa de juros</b>	<b>31/12/2020</b>				
	<b>Provável</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
Aplicações financeiras	113.767	142.209	170.650	85.325	56.883
Títulos e valores mobiliários	31.190	38.988	46.786	23.393	15.595
Caixa restrito	811	1.014	1.216	608	405
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(598.442)	(673.246)	(748.051)	(523.637)	(448.833)
Derivativos de taxa de juros e câmbio	4.450	(22.048)	(48.545)	30.948	57.446
Passivo de arrendamento	(305.868)	(307.463)	(309.059)	(304.273)	(302.678)
Arrendamento e concessão parcelados	(25.755)	(32.222)	(38.690)	(19.403)	(12.935)
Outros passivos financeiros	(10.548)	(11.884)	(13.220)	(9.213)	(7.877)
<b>Impactos no resultado do exercício</b>	<b>(790.395)</b>	<b>(864.652)</b>	<b>(938.913)</b>	<b>(716.252)</b>	<b>(641.994)</b>

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

	<b>Provável</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
SELIC	2,23%	2,79%	3,35%	1,68%	1,12%
CDI	2,23%	2,79%	3,35%	1,68%	1,12%
TJLP	4,70%	5,88%	7,05%	3,53%	2,35%
IPCA	3,37%	4,21%	5,05%	2,53%	1,68%

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**b) Risco de crédito**

As operações regulares da empresa expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Caixa e equivalentes de caixa <sup>(i)</sup>	7.778.606	1.963.014
Títulos e valores mobiliários <sup>(i)</sup>	1.396.723	1.751.853
Caixa restrito <sup>(i)</sup>	34.562	147.910
Contas a receber de clientes <sup>(ii)</sup>	428.492	399.249
Recebíveis de partes relacionadas <sup>(ii)</sup>	140.645	48.064
Instrumentos financeiros derivativos <sup>(i)</sup>	3.988.524	1.624.023
	<b>13.767.552</b>	<b>5.934.113</b>

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2020</u>
AA	2.498.115
A+	617.171
AAA	10.083.129
<b>Total</b>	<b><u>13.198.415</u></b>

O risco de crédito de clientes é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um montante significativo de contas a receber com saldos individuais menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**c) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2020				31/12/2019	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.491.892)	(1.159.204)	(15.215.602)	(6.601.862)	<b>(25.468.560)</b>	<b>(17.639.045)</b>
Fornecedores	(754.542)	-	-	-	<b>(754.542)</b>	<b>(513.325)</b>
Outros passivos financeiros <sup>(i)</sup>	(413.470)	-	-	-	<b>(413.470)</b>	<b>(410.952)</b>
Parcelamento de débitos tributários	(1.526)	(393)	(498)	(486)	<b>(2.903)</b>	<b>(11.470)</b>
Passivo de arrendamento	(553.492)	(373.082)	(1.036.276)	(12.277.995)	<b>(14.240.845)</b>	<b>(11.619.304)</b>
Arrendamento e concessão parcelados	(51.167)	(365.087)	(369.881)	(433.053)	<b>(1.219.188)</b>	-
Pagáveis a partes relacionadas	(164.949)	-	-	-	<b>(164.949)</b>	<b>(139.747)</b>
Dividendos a pagar	(7.937)	-	-	-	<b>(7.937)</b>	<b>(7.146)</b>
Instrumentos financeiros derivativos	413.170	236.776	2.933.974	404.604	<b>3.988.524</b>	<b>1.623.542</b>
	<b>(4.025.805)</b>	<b>(1.660.990)</b>	<b>(13.688.283)</b>	<b>(18.908.792)</b>	<b>(38.283.870)</b>	<b>(28.717.447)</b>

- (i) Em 31 de dezembro de 2020 o saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$444.895 (R\$410.952 em 31 de dezembro de 2019). Essas operações tiveram o Banco Itaú, Banco Bradesco e Banco Santander como contrapartes, a uma taxa média de 3,00% a.a. (6,33% a.a. em 31 de dezembro de 2019). O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, gira em torno de 90 dias.

### 3.2 Informação por segmento

A Administração avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base na medida de EBITDA (lucro antes do imposto de renda e contribuição social, despesa financeira líquida, depreciação e amortização).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**Segmentos operacionais**

A gestão da Companhia está estruturada em quatro segmentos:

- (i) Operações Norte: composto pelas operações ferroviárias, rodoviárias, transbordo e elevações portuárias nas áreas de concessão da Companhia, da Elevações Portuárias, da Rumo Malha Norte e da Rumo Malha Paulista.
- (ii) Operações Sul: composto pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste.
- (iii) Operações Central: composto pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Central.
- (iv) Operações de Contêineres: composto pela empresa do Grupo que tem foco em logística de contêineres seja por transporte ferroviário ou rodoviário e os resultados de operações de contêineres nas malhas.

As informações por segmento foram preparadas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Exercício:	31/12/2020					31/12/2019				
	Operações Norte	Operações Sul	Operações Central	Operações de Contêineres	Consolidado	Operações Norte	Operações Sul	Operações Central	Operações de Contêineres	Consolidado
<b>Resultado por Unidade de Negócio</b>										
Receita líquida	5.270.435	1.409.872	-	285.852	6.966.159	5.313.730	1.478.314	-	295.796	7.087.840
Custo dos serviços prestados	(3.132.957)	(1.294.591)	-	(293.959)	(4.721.507)	(2.850.692)	(1.442.320)	-	(315.769)	(4.608.781)
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.137.478</b>	<b>115.281</b>	<b>-</b>	<b>(8.107)</b>	<b>2.244.652</b>	<b>2.463.038</b>	<b>35.994</b>	<b>-</b>	<b>(19.973)</b>	<b>2.479.059</b>
<b>Margem bruta (%)</b>	<b>40,56%</b>	<b>8,18%</b>	<b>0,00%</b>	<b>-2,84%</b>	<b>32,22%</b>	<b>46,35%</b>	<b>2,43%</b>	<b>0,00%</b>	<b>-6,75%</b>	<b>34,98%</b>
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(273.046)	(84.914)	(40.218)	(39.468)	(437.645)	(240.259)	(58.256)	(27.370)	(37.719)	(363.604)
Outras receitas (despesas) operacionais e equivalência patrimonial	359.317	(143.908)	(98.528)	24.593	141.474	24.830	4.244	(40.545)	9.263	(2.208)
Depreciação e amortização	1.057.635	487.614	98.169	72.109	1.715.527	1.026.112	571.461	40.545	78.064	1.716.182
<b>EBITDA</b>	<b>3.281.384</b>	<b>374.073</b>	<b>(40.577)</b>	<b>49.127</b>	<b>3.664.007</b>	<b>3.273.721</b>	<b>553.443</b>	<b>(27.370)</b>	<b>29.635</b>	<b>3.829.429</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>62,26%</b>	<b>26,53%</b>	<b>0,00%</b>	<b>17,19%</b>	<b>52,60%</b>	<b>61,61%</b>	<b>37,44%</b>	<b>0,00%</b>	<b>10,02%</b>	<b>54,03%</b>
Perda por redução ao valor recuperável	-	143.984	-	-	143.984	-	-	-	-	-
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>3.281.384</b>	<b>518.057</b>	<b>(40.577)</b>	<b>49.127</b>	<b>3.807.991</b>	<b>3.273.721</b>	<b>553.443</b>	<b>(27.370)</b>	<b>29.635</b>	<b>3.829.429</b>
<b>Margem EBITDA ajustado (%)</b>	<b>62,26%</b>	<b>36,74%</b>	<b>0,00%</b>	<b>17,19%</b>	<b>54,66%</b>	<b>61,61%</b>	<b>37,44%</b>	<b>0,00%</b>	<b>10,02%</b>	<b>54,03%</b>

### Principais clientes

A Companhia possui um cliente que contribuiu individualmente com uma parcela de 10,61%, da receita operacional líquida do ano 2020 com um valor aproximado de R\$ 633.140. Em 2019 esse mesmo cliente contribuiu individualmente com uma parcela de 10,91% da receita líquida com um valor aproximado de R\$ 773.286.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

## **4 Transações e eventos significativos**

### **4.1 Pandemia de COVID 19**

#### **4.1.1 Contexto Geral**

Covid-19 é uma doença infecciosa causada por coronavírus 2 (SARS-CoV-2), que apresenta uma síndrome respiratória aguda grave. A doença foi identificada pela primeira vez em 2019 na China, e tem se espalhado pelo mundo desde então. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente este surto de Covid-19 uma pandemia. A partir de 17 de março de 2020, o Brasil (assim como vários outros países), incluindo todos os estados em que a Companhia tem operações, instituíram medidas de distanciamento social que visam retardar o contágio. As medidas variam do distanciamento ao isolamento, a depender da unidade da federação. Apesar dos esforços das autoridades, ainda não há como prever a duração das medidas restritivas atualmente em vigor.

A Companhia atua no setor de transporte e logística de cargas, atividade classificada como essencial pelas autoridades brasileiras, conforme Lei 13.979/2020. Com uma série de protocolos de saúde a Companhia tem mantido suas atividades, todavia, as medidas restritivas adotadas para conter o progresso do Covid-19 e suas consequências sobre a atividade econômica, podem afetar significativamente as operações e a condição financeira da Companhia nos seguintes aspectos:

- (1) Queda de receita devido ao declínio na demanda serviços nos mercados impactados pelas medidas de distanciamento e isolamento social: transporte de combustíveis (afetado pela queda no consumo) e transporte de produtos industriais (afetado pela retração na atividade econômica e atividades industriais);
- (2) Risco de interrupções nas operações: eventual descontrole da pandemia nas praças em que a Companhia atua pode levar ao enrijecimento das medidas de isolamento social e, em um cenário extremo, levar à interrupção das atividades essenciais;
- (3) Escassez de crédito e aumento do custo de capital: o impacto do Covid-19 sobre a economia mundial e a aversão dos investidores ao risco podem reduzir as alternativas de financiamento e aumentar o custo de capital a ponto de afetar a posição de liquidez e a capacidade de investimentos da Companhia.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

- (4) Deterioração de ativos: (i) ativos financeiros da Companhia podem ser afetados pelo impacto que a retração econômica decorrente das medidas de distanciamento social pode gerar em contrapartes; (ii) ativos de longo prazo podem ter sua realização prejudicada se a pandemia progredir a ponto de interromper as operações da Companhia.

**4.1.2 Impactos na elaboração das demonstrações financeiras**

As operações da Rumo não sofreram grandes impactos em razão da pandemia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os terminais portuários continuaram operando, com os devidos protocolos de segurança, e não houve limitação às exportações. No que se refere à chegada de carga nos terminais operados pela Companhia, foram criados protocolos de segurança, disponibilizando equipamentos de proteção, alimentação e equipe de saúde para monitorar e orientar os caminhoneiros. Da mesma forma, com todos os cuidados para a proteção dos colaboradores da Companhia e de terceiros, os trens seguem rodando normalmente, mantendo o atendimento aos clientes.

Cerca de 85% da receita líquida da Companhia é gerado pelo transporte de cargas destinadas à exportação. As exportações estão sendo impulsionadas pela desvalorização do Real, aumentando a competitividade dos produtos Brasileiros no exterior, fazendo com que a demanda por transporte destas cargas seja ainda maior. Por outro lado, a demanda de algumas cargas industriais (de menor representatividade), que estão mais correlacionadas com o consumo interno, foi negativamente impactada pelo COVID-19.

Desde o início da crise global pelo COVID-19, a companhia optou por manter a liquidez em um patamar mais elevado, devido ao período de incertezas no mercado. O movimento para reforçar o caixa teve início em março de 2020, e até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram feitas captações no montante de R\$ 6.188.950. A Companhia também aderiu à suspensão temporária de pagamentos de parcelas de financiamento (*standstill*) junto ao BNDES. Os *covenants* financeiros são medidos anualmente na data-base do balanço e não tiveram alterações para o período mencionado.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras** **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o impairment de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pela pandemia nas circunstâncias que indicariam uma perda por impairment. Como a pandemia não vem interrompendo as operações da Companhia, o impacto financeiro resultante da Covid-19 nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado, e de curto prazo. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicativos de impairment. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas acima.

Quanto à taxa de desconto, outra variável relevante nas análises de realização de ativos de longo prazo, a Companhia acredita que, em meio à elevada volatilidade do mercado haverá um deslocamento do fluxo de caixa entre os meses com restrições de circulação e os meses subsequentes, que associado ao baixo patamar de juros no Brasil, manteve nosso custo médio ponderado do capital sem alterações materiais, a despeito das flutuações de curto prazo de algumas premissas macroeconômicas devido aos impactos da pandemia do Covid-19.

As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros continuam sendo calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que também contempla o histórico de perdas, a situação individual das contrapartes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e indicadores macroeconômicos em 31 de dezembro de 2020.

O risco de crédito de contraparte para os ativos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado. Os saldos são alocados em instituições com grau mínimo de "A". Em 31 de dezembro de 2020 não foram observadas pioras no risco de crédito dessas contrapartes.

A exposição máxima ao risco de crédito de clientes da Companhia, líquida de perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros, é o valor das contas a receber. Considerando que: (i) o prazo médio de faturamento aos clientes da Companhia é curtíssimo; e (ii) os clientes de carteiras mais suscetíveis à deterioração de créditos passaram a ter a exposição monitorada constantemente, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não prevê perdas adicionais em seu saldo de contas a receber.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

#### **4.2 Renovação da Malha Paulista**

Em 27 de maio de 2020, a Companhia celebrou com a união por intermédio da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, o 2º Termo aditivo ao Contrato de Concessão da Rumo Malha Paulista. A alteração foi revisada e autorizada pelo TCU – Tribunal de Contas da União conforme despacho de 20 de maio de 2020, manifestação proferida no âmbito do TC 009.032/2016-9. Como resultado, o prazo da concessão da Malha Paulista foi estendido até 2058, mediante uma série de compromissos financeiros, além das obrigações operacionais estipuladas no aditivo de renovação:

- a) Pagamento de uma outorga adicional no valor de R\$ 3.382.030, valor este dividido em parcelas trimestrais ao longo da vigência contratual;
- b) Retomada do pagamento do arrendamento e concessão do contrato original, pagamentos trimestrais que se estendem até dezembro de 2028 (Nota 5.16.b);
- c) Pagamento do saldo remanescente do encontro de contas relativo à ação de desequilíbrio econômico, no valor de R\$ 1.347.609 (Nota 5.16.a), em oito parcelas anuais;
- d) Execução de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R\$ 6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017).

A extensão da concessão da Rumo Malha Paulista se enquadra como uma alteração relevante em um contrato registrado de acordo com as disposições do CPC 06 (R2) / IFRS 16. Nesse contexto, o valor presente da outorga adicional, bem como, a variação do arrendamento preexistente devido ao recálculo pela taxa de juros implícita do aditivo (WACC regulatório), foram registrados no passivo de arrendamento (Nota 5.6) em contrapartida ao ativo de direito de uso (Nota 5.12.3) correspondente. Além disso, futuros investimentos relacionados ao contrato de concessão serão registrados no ativo imobilizado conforme incorridos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**4.3 Oferta pública de distribuição de ações e aumento de capital**

Em 23 de agosto de 2020, a Companhia integralizou em seu capital social o montante de R\$ 6.400.000, referente a emissão de 294.252.874 ações ordinárias, com valor unitário de R\$ 21,75, por meio de oferta pública de ações. Com o aumento, a Companhia passou a ter um capital social de R\$ 16.054.964, dividido em 1.853.268.772 ações ordinárias, conforme Nota 5.17.

**4.4 Operação de *bond* com selo *green***

Aproveitando uma oportunidade de mercado, visando uma proteção a uma eventual piora no cenário econômico, conforme mencionado na Nota 4.1, a Companhia, em julho de 2020, emitiu uma operação de *Bond* com selo *green*, no montante de USD 500.000 mil, equivalente a R\$ 2.640.840 em 31 de dezembro de 2020 (Nota 5.5), para vencimento em janeiro de 2028. A destinação dos recursos é o financiamento de investimentos de acordo com as especificações do selo *green*, que incluem a reposição de materiais rodantes e modernização de ferrovias, provendo melhor eficiência de combustível e menor emissão de gás carbônico.

**4.5 Antecipação de pagamento de outorgas das concessões**

Considerando o custo financeiro dos contratos (IPCA + 11,04% a.a. de juros implícitos) em 15 de setembro de 2020, as controladas Rumo Malha Paulista e Rumo Malha Central, efetuaram o pagamento antecipado de 70 parcelas vincendas no montante de R\$ 2.823.777 e 59 parcelas vincendas no montante de R\$ 2.276.734, respectivamente, totalizando R\$ 5.100.511, conforme requerido na Carta nº 969/GREG/2020 e Carta nº 968/GREG/2020 à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

#### **4.6 Ataque cibernético**

Em 11 de março de 2020, a Companhia sofreu um ataque cibernético de ransomware que causou uma interrupção parcial e temporária das operações. As entidades afetadas na Companhia implementaram seus planos de contingência, continuaram operando parcialmente durante o ataque cibernético e reconectaram progressivamente seus sistemas operacionais a partir do ataque.

Após o incidente, a Companhia fez investimentos significativos em privacidade, proteção e segurança da informação/cibernética, tanto em tecnologias quanto em processos e reforço de equipes. Como parte das ações, a Companhia revisou os programas para combater o acesso e uso indevido dos seus dados, incluindo investigações e auditorias mais robustas dos seus sistemas de tecnologia da informação. Como resultado desses esforços, foram mitigados incidentes adicionais de uso indevido de dados ou outras atividades indesejáveis impetradas por terceiros.

Adicionalmente, a Companhia realizou auditoria e avaliação forense no ataque sofrido e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

#### **4.7 Obtenção da concessão da Malha Central**

Em 28 de março de 2019 a Companhia venceu a Concorrência Internacional (Licitação) da ferrovia norte-sul, por meio de uma proposta econômica no valor de R\$ 2.719.530, conduzida pela Agência Nacional de Transporte Terrestre (“ANTT”), que tem por escopo a subconcessão do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária situada entre Porto Nacional/TO e Estrela d’Oeste/SP, nos trechos entre (i) Porto Nacional/TO e Anápolis/GO; e (ii) Ouro Verde de Goiás/GO e Estrela d’Oeste/SP. O contrato de concessão garante o direito de exploração da malha ferroviária pelo prazo de 30 anos, contados da data de assinatura que ocorreu no dia 31 de julho de 2019.

Os custos de outorga, bem como, os investimentos futuros previstos para a ferrovia norte-sul serão realizados através da subsidiária Rumo Malha Central, uma SPE – Sociedade de Propósito Específico.

As operações terão início em fevereiro de 2021 a partir do Terminal de São Simão.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**4.8 Créditos fiscais extemporâneos**

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da empresa. Ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS e COFINS. Em 2018, a Companhia reconheceu os créditos referentes aos períodos posteriores a março de 2017, com base na decisão proferida naquela data pelo STF.

A Companhia reconheceu o montante consolidado de R\$ 85.813 relativo a períodos anteriores, para as empresas do grupo com decisões finais favoráveis sobre a referida matéria. Os valores foram apurados a partir dos sistemas contábeis e fiscais, considerando o montante de ICMS destacado nas notas fiscais. A acuracidade dos valores foi testada mediante cruzamento das informações com as obrigações acessórias pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu o montante consolidado de R\$ 17.656 relativo a recuperação de créditos sobre o limite de salários para contribuições por conta de terceiros e tributação das despesas de coparticipação de planos de saúde, vale alimentação e vale transporte.

Estes créditos, montam R\$ 3.462 na controladora e R\$ 103.469 no consolidado (dos quais R\$ 3.453 na controladora e R\$ 102.576 no consolidado estão reconhecidos na rubrica “Créditos fiscais extemporâneos” divulgados na nota explicativa 6.3 e R\$ 9 na controladora e R\$ 893 no consolidado a título de “Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos” divulgados na nota explicativa 6.4).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

**4.9 Partes relacionadas**

**Política contábil:**

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são firmadas preferencialmente a preços de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

**a) Resumo dos saldos com partes relacionadas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Ativo circulante</b>				
<b>Operações comerciais</b>				
Cosan S.A.	200	282	306	377
Rumo Malha Norte S.A.	2.028	6.295	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	2.061	1.457	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	1.289	7	-	-
Rumo Malha Central S.A.	3.882	3.510	-	-
Raízen Combustíveis S.A.	149	149	7.841	4.950
Raízen Energia S.A.	7.776	1.987	23.287	6.103
Brado Logística S.A.	32	87	-	-
Elevações Portuárias S.A.	2.642	2.474	-	-
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	-	-	14.286	-
Outros	194	514	459	240
	<b>20.253</b>	<b>16.762</b>	<b>46.179</b>	<b>11.670</b>
<b>Operações financeiras e societárias</b>				
Rumo Maha Central S.A.	41.130	-	-	-
	<b>41.130</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>61.383</b>	<b>16.762</b>	<b>46.179</b>	<b>11.670</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
<b>Operações comerciais</b>				
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	-	-	48.571	-
Raízen Combustíveis S.A.	-	-	45.709	36.243
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>94.280</b>	<b>36.243</b>
<b>Operações financeiras e societárias</b>				
Logispot Armazéns Gerais S.A.	6.190	-	-	-
Rumo Malha Central S.A.	1.000.000	-	-	-
Outros	3.326	3.326	186	151
	<b>1.009.516</b>	<b>3.326</b>	<b>186</b>	<b>151</b>
	<b>1.009.516</b>	<b>3.326</b>	<b>94.466</b>	<b>36.394</b>
<b>Total</b>	<b>1.029.769</b>	<b>20.088</b>	<b>140.645</b>	<b>48.064</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Passivo circulante</b>				
<b>Operações comerciais</b>				
Rumo Malha Norte S.A.	6.307	5.164	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	12.180	1	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	213.386	34.175	-	-
Rumo Malha Oeste S.A.	857	857	-	-
Raízen Combustíveis S.A.	-	-	142.979	115.387
Raízen Energia S.A.	4.822	5.698	12.992	15.336
Cosan S.A.	1.126	504	3.298	3.068
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	352	356	4.543	4.104
Logisport Armazéns Gerais S.A.	457	126	-	-
Elevações Portuárias S.A.	632	1	-	-
Outros	1.015	1.013	1.137	1.852
	<b>241.134</b>	<b>47.895</b>	<b>164.949</b>	<b>139.747</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
<b>Operações financeiras</b>				
Boswells S.A.	32.479	25.192	-	-
Outros	4.733	4.733	-	-
	<b>37.212</b>	<b>29.925</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>278.346</b>	<b>77.820</b>	<b>164.949</b>	<b>139.747</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**b) Transações com partes relacionadas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Receita operacional</b>				
Raízen Energia S.A. (i)	316.605	185.333	456.705	275.597
Raízen Combustíveis S.A. (ii)	-	-	150.949	181.565
Rumo Malha Norte S.A.	16.966	15.870	-	-
Rumo Malha Paulista S.A. (iii)	314.252	227.982	-	-
Elevações Portuárias S.A.	25.200	14.420	-	-
Outros	-	-	4.862	7.043
	<b>673.023</b>	<b>443.605</b>	<b>612.516</b>	<b>464.205</b>
<b>Compras de produtos / insumos</b>				
Raízen Combustíveis S.A. (iv)	-	(2.000)	(1.128.479)	(1.240.729)
Logispot Armazéns Gerais S.A.	(3.963)	-	-	-
Rumo Malha Paulista S.A. (v)	(216.949)	(96.179)	-	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. (vi)	(9)	(25)	(37.263)	(36.375)
Rumo Malha Sul S.A.	(9.349)	-	-	-
Outros	-	-	(2.400)	(445)
	<b>(230.270)</b>	<b>(98.204)</b>	<b>(1.168.142)</b>	<b>(1.277.549)</b>
<b>Despesa compartilhada</b>				
Cosan S.A. (vii)	(4.501)	(5.450)	(4.501)	(5.554)
Elevações Portuárias S.A.	1.658	1.018	-	-
Rumo Malha Oeste S.A.	483	764	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	10.224	4.383	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	5.775	97	-	-
Rumo Malha Norte S.A.	4.485	4.297	-	-
Raízen Energia S.A. (vii)	(299)	(2.003)	(30.874)	(25.707)
	<b>17.825</b>	<b>3.106</b>	<b>(35.375)</b>	<b>(31.261)</b>
<b>Resultado financeiro</b>				
Rumo Malha Central S.A.	41.130	-	-	-
Rumo Malha Norte S.A.	(25.238)	(52.540)	-	-
Outros	(7.288)	(974)	47	(5)
	<b>8.604</b>	<b>(53.514)</b>	<b>47</b>	<b>(5)</b>

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 para a Raízen Energia e suas controladas se refere principalmente à transporte, armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado.
- (ii) Prestação de serviços de transporte de combustíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 para a Raízen Combustíveis e suas controladas, contratada em condições de mercado.
- (iii) Remuneração de investimento em ativos relacionados ao contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário de açúcar com a Rumo Malha Paulista (vide item v).
- (iv) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 junto à Raízen Combustíveis e suas controladas, a condições de mercado.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

- (v) Serviço de transporte ferroviário prestado pela Rumo Malha Paulista. O contrato de serviços envolveu investimentos feitos pela Companhia em ativos ferroviários da Rumo Malha Paulista, firmado em condições de mercado.
- (vi) Aquisição de lubrificantes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 junto à Cosan Lubrificantes, a condições de mercado.
- (vii) Rateio do custo de atividades corporativas e do centro de serviços compartilhados Raízen.

**c) Remuneração dos administradores e diretores**

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado do exercício, como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Benefícios de curto prazo	28.172	25.028
Transações com pagamentos baseados em ações	5.660	4.579
	<u>33.832</u>	<u>29.607</u>

**4.10 Eventos subsequentes**

**4.10.1 Emissão de debêntures**

Em 3 de fevereiro de 2021 a Companhia concluiu a 15ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, em duas séries de vasos comunicantes, sendo a primeira com prazo de vencimento em 15 de dezembro de 2030 atualizadas pela variação acumulada do IPCA + juros de 3,6% ao ano, e a segunda com prazo de vencimento em 15 de dezembro de 2035 atualizadas pela variação acumulada do IPCA + juros de 4% ao ano, no valor total de R\$ 1.200.000.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos**

**5.1 Ativos e passivos financeiros**

**Política contábil**

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativos</b>		
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Títulos e valores mobiliários	1.396.723	1.751.853
Instrumentos financeiros derivativos	3.988.524	1.624.023
	<b>5.385.247</b>	<b>3.375.876</b>
<b>Custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	7.778.606	1.963.014
Contas a receber de clientes	428.492	399.249
Recebíveis de partes relacionadas	140.645	48.064
Caixa restrito	34.562	147.910
	<b>8.382.305</b>	<b>2.558.237</b>
<b>Total</b>	<b>13.767.552</b>	<b>5.934.113</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Custo amortizado</b>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.986.576	3.568.841
Passivos de arrendamento	2.912.318	4.529.140
Fornecedores	754.542	513.325
Outros passivos financeiros	413.470	410.952
Pagáveis a partes relacionadas	164.949	139.747
Dividendos a pagar	7.937	7.146
Arrendamento e concessão parcelados	1.154.919	-
Parcelamento de débitos tributários	2.791	10.942
	<b>14.397.502</b>	<b>9.180.093</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Instrumentos financeiros derivativos	-	482
Empréstimos e financiamentos	10.925.462	8.150.896
	<b>10.925.462</b>	<b>8.151.378</b>
<b>Total</b>	<b>25.322.964</b>	<b>17.331.471</b>

## 5.2 Caixa e equivalentes de caixa

### Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	511	255	2.815.882	18.642
Aplicações financeiras	1.568.156	700.451	4.962.724	1.944.372
	<b>1.568.667</b>	<b>700.706</b>	<b>7.778.606</b>	<b>1.963.014</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

As aplicações financeiras são compostas por:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Aplicações em bancos</b>				
Certificado de depósitos bancários - CDB	1.568.156	700.451	4.904.934	1.944.372
Outras aplicações	-	-	57.790	-
	<b>1.568.156</b>	<b>700.451</b>	<b>4.962.724</b>	<b>1.944.372</b>

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 102,1% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2020 (99,7% do CDI em 31 de dezembro de 2019). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

### 5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

**Política contábil:**

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>				
Títulos públicos <sup>(i)</sup>	71.302	435.054	1.272.316	1.355.980
Certificados de depósitos bancários <sup>(ii)</sup>	6.258	55.230	116.963	125.413
Letras financeiras <sup>(iii)</sup>	416	21.441	7.444	270.460
	<b>77.976</b>	<b>511.725</b>	<b>1.396.723</b>	<b>1.751.853</b>

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

**Caixa restrito**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	-	-	-	86.681
Valores depositados em garantia	79	3.511	34.562	61.229
	<b>79</b>	<b>3.511</b>	<b>34.562</b>	<b>147.910</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**5.4 Contas a receber de clientes**

**Política contábil:**

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Mercado interno	20.105	22.420	382.806	355.733
Mercado externo	-	-	51.365	49.002
	<b>20.105</b>	<b>22.420</b>	<b>434.171</b>	<b>404.735</b>
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(680)	(1.887)	(5.679)	(5.486)
	<b>(680)</b>	<b>(1.887)</b>	<b>(5.679)</b>	<b>(5.486)</b>
<b>Total</b>	<b>19.425</b>	<b>20.533</b>	<b>428.492</b>	<b>399.249</b>
<b>Circulante</b>	<b>18.558</b>	<b>15.111</b>	<b>421.322</b>	<b>385.563</b>
<b>Não circulante</b>	<b>867</b>	<b>5.422</b>	<b>7.170</b>	<b>13.686</b>
<b>Total</b>	<b>19.425</b>	<b>20.533</b>	<b>428.492</b>	<b>399.249</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
A vencer	17.635	14.568	282.671	274.037
Vencidas				
Até 30 dias	1.380	337	111.164	78.936
De 31 a 60 dias	170	-	9.276	8.261
De 61 a 90 dias	93	5.780	8.906	22.956
Mais de 90 dias	827	1.735	22.154	20.545
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	(680)	(1.887)	(5.679)	(5.486)
	<b>19.425</b>	<b>20.533</b>	<b>428.492</b>	<b>399.249</b>

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>(2.013)</b>	<b>(17.838)</b>
Provisões	(210)	(8.081)
Reversões e baixas	336	20.433
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(1.887)</b>	<b>(5.486)</b>
Provisões	(291)	(7.277)
Reversões e baixas	1.498	7.084
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(680)</b>	<b>(5.679)</b>

## 5.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures

### Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Descrição	Encargos financeiros		Controladora		Consolidado		Vencimento final	Objetivo
	Indexador	Taxa média anual de juros <sup>(i)</sup>	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019		
<b>Empréstimos e financiamentos</b>								
Finame (BNDES)	Pré-fixado	5,61%	291.547	368.904	647.435	834.035	jan/2025	Aquisição
	URTJLP	10,34%	-	-	396	4.952	mar/2022	Aquisição
	Selic	3,52%	-	-	-	1.118	set/2020	Aquisição
Finem (BNDES)	Pré-fixado	3,50%	-	-	1.077	1.426	jan/2024	Aquisição
	URTJLP	6,63%	24.610	55.565	3.321.839	2.213.704	dez/2029	Aquisição
	IPCA	7,46%	-	-	796	1.528	nov/2021	Aquisição
NCE	CDI + 1,03%	3,12%	-	-	82.185	-	fev/2023	Capital de giro
	CDI + 0,80%	2,72%	-	-	505.061	512.078	dez/2023	Capital de giro
	CDI + 3,05% a.a.	5,01%	-	-	208.464	-	mar/2021	Capital de giro
	CDI + 3,15% a.a.	5,11%	-	-	468.516	-	mar/2021	Capital de giro
Sênior Notes 2024	Pré-fixado (US\$) <sup>(ii)</sup>	7,38%	-	-	4.514.289	3.318.895	fev/2024	Aquisição
Sênior Notes 2025	Pré-fixado (US\$) <sup>(iii)</sup>	5,88%	-	-	3.067.359	2.182.089	jan/2025	Aquisição
Sênior Notes 2028	Pré-fixado (US\$)	5,25%	-	-	2.640.840	-	jan/2028	Aquisição
ECA	Euribor + 0,58% (EUR) <sup>(iv)</sup>	0,58%	-	-	104.108	79.528	set/2026	Aquisição
CCB	IPCA + 0,81%	5,31%	-	-	239.068	-	jan/2048	Capital de giro
Loan 4131	Pré-fixado (US\$) <sup>(v)</sup>	1,60%	483.625	217.537	483.625	217.537	nov/2022	Capital de giro
	CDI	4,60%	-	-	206.908	-	abr/2021	Capital de giro
			<b>799.782</b>	<b>642.006</b>	<b>16.491.966</b>	<b>9.366.890</b>		
<b>Debêntures</b>								
Debêntures não conversíveis	IPCA + 4,68% <sup>(vi)</sup>	9,24%	-	-	595.847	570.098	fev/2026	Aquisição
	IPCA + 4,50% <sup>(vii)</sup>	9,06%	739.202	668.034	739.202	668.034	fev/2029	Aquisição
	IPCA + 3,90%	8,43%	1.025.777	895.249	1.025.777	895.249	out/2029	Aquisição
	IPCA + 4,00%	8,53%	255.501	219.466	255.501	219.466	out/2029	Aquisição
	IPCA + 6,80%	11,46%	803.745	-	803.745	-	abr/2030	Aquisição
Debêntures privadas	CDI + 0,50%	2,41%	792.535	767.296	-	-	jan/2023	Capital de giro
<b>Total</b>			<b>4.416.542</b>	<b>3.192.051</b>	<b>19.912.038</b>	<b>11.719.737</b>		
<b>Circulante</b>			<b>482.421</b>	<b>969.054</b>	<b>2.504.223</b>	<b>1.064.846</b>		
<b>Não circulante</b>			<b>3.934.121</b>	<b>2.222.997</b>	<b>17.407.815</b>	<b>10.654.891</b>		

(i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa overnight do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI Over (CDI Over) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.

(ii) Essa dívida tem contratos de swap para 145% do CDI que representa uma taxa média de 6,38% a.a.

(iii) Dívida com swap para 127% do CDI que representa uma taxa média de 6,29% a.a.

(iv) Dívida com swap para 108% do CDI que representa uma taxa média de 5,01% a.a.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

- (v) Dívida com swap para 118% do CDI que representa uma taxa média de 3,46 % a.a.
- (vi) Dívida com swap para 107% do CDI que representa uma taxa média de 4,93% a.a.
- (vii) Dívida com swap para 103% do CDI que representa uma taxa média de 6,35% a.a.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
13 a 24 meses	410.856	190.701	1.135.485	758.822
25 a 36 meses	855.323	179.241	1.056.521	718.195
37 a 48 meses	53.841	66.658	5.069.301	793.073
49 a 60 meses	-	51.191	3.552.834	3.676.142
61 a 72 meses	-	-	404.760	2.493.341
73 a 84 meses	644.507	-	917.765	225.554
85 a 96 meses	920.598	572.993	3.788.409	670.435
A partir de 97 meses	1.048.996	1.162.213	1.482.740	1.319.329
	<b>3.934.121</b>	<b>2.222.997</b>	<b>17.407.815</b>	<b>10.654.891</b>

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Reais (R\$)	9.101.817	5.921.690
Dólar (US\$) <sup>(i)</sup>	10.706.113	5.718.519
Euro <sup>(i)</sup>	104.108	79.528
<b>Total</b>	<b>19.912.038</b>	<b>11.719.737</b>

- (i) Em 31 de dezembro de 2020, todas essas dívidas denominadas em moeda estrangeira, nas subsidiárias, possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.8) ou através de aplicações financeiras na mesma moeda.

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	1.521.364	10.594.381
Captações	1.663.987	2.402.347
Atualização de juros, variação monetária e cambial	228.281	1.313.568
Amortização de principal	(174.150)	(1.945.040)
Pagamento de juros	(47.431)	(645.519)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>3.192.051</b>	<b>11.719.737</b>
Captações	963.591	6.172.611
Atualização de juros, variação monetária e cambial	493.208	3.361.085
Amortização de principal	(109.604)	(653.002)
Pagamento de juros	(122.704)	(688.393)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>4.416.542</b>	<b>19.912.038</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**a) Garantias**

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 1,04% ao ano ou por garantias reais (ativos) e conta de garantia. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$ 3.687.323 (R\$ 1.387.627 em 31 de dezembro de 2019).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 2,78% (5,94% em 31 de dezembro de 2019) e TJLP de 4,87% (5,57% em 31 de dezembro de 2019).

**b) Linhas de crédito não utilizadas**

Em 31 de dezembro de 2020, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 487.378 (R\$ 1.946.194 em 31 de dezembro de 2019).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

**c) Cláusulas restritivas (“financial covenants”)**

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiras, as principais e mais restritivas cláusulas estão demonstradas abaixo:

<b>Meta</b>	<b>Índice</b>
Dívida financeira líquida <sup>(i)</sup> / EBITDA $\leq 3,3x$ em dezembro de 2020	1,96
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado <sup>(ii)</sup> $\geq 2,0x$ em dezembro de 2020	4,78

- (i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como *leasing* financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos.
- (ii) O resultado financeiro consolidado da dívida é representado pelo custo da dívida líquida consolidado, demonstrado na nota 6.4.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Os componentes das fórmulas para calcular o resultado das metas verificáveis no fechamento do exercício estão definidos nos contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas subsidiárias estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

## 5.6 Passivos de arrendamento

### **Política contábil:**

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

	<b>Arrendamentos consolidado</b>			<b>Total</b>
	<b>Financeiro</b>	<b>Operacionais - concessões</b>	<b>Operacionais - outros</b>	
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	553.350	1.208.455	183.253	1.945.058
Adições	-	2.759.539	17.736	2.777.275
Apropriação de juros e variação cambial	81.982	267.923	160.209	510.114
Amortização de principal	(132.100)	(140.928)	(143.391)	(416.419)
Pagamento de juros	(73.641)	(100.449)	(72.270)	(246.360)
Reajuste contratual	-	66.374	10.526	76.900
Transferências entre passivos <sup>(iii)</sup>	-	(117.428)	-	(117.428)
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>429.591</b>	<b>3.943.486</b>	<b>156.063</b>	<b>4.529.140</b>
Adições <sup>(i)</sup>	87.811	3.406.560	28.098	3.522.469
Apropriação de juros	61.487	380.331	148.441	590.259
Amortização de principal <sup>(ii)</sup>	(102.148)	(5.179.294)	(118.803)	(5.400.245)
Pagamento de juros	(60.619)	(376.718)	(57.809)	(495.146)
Reajuste contratual	-	266.296	11.282	277.578
Transferências entre passivos <sup>(iii)</sup>	-	(111.737)	-	(111.737)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>416.122</b>	<b>2.328.924</b>	<b>167.272</b>	<b>2.912.318</b>
<b>Circulante</b>	<b>232.649</b>	<b>232.212</b>	<b>45.840</b>	<b>510.701</b>
<b>Não circulante</b>	<b>183.473</b>	<b>2.096.712</b>	<b>121.432</b>	<b>2.401.617</b>
	<b>416.122</b>	<b>2.328.924</b>	<b>167.272</b>	<b>2.912.318</b>

- (i) As adições em “Operacionais – concessões” contempla R\$ 3.382.030 relativos ao registro do valor da outorga e atualização do arrendamento, pela renovação do contrato de concessão da Malha Paulista (Nota 4.2).
- (ii) As amortizações de principal em “Operacionais – concessões” contempla R\$ 5.100.511 relativo à antecipação dos pagamentos da concessão da Rumo Malha Paulista e Rumo Malha Central (Nota 4.6).
- (iii) Transferência das parcelas em discussão judicial para rubrica de arrendamento e concessões em litígio (Nota 5.16).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2058 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	24.045	10.691
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	34.101	37.143
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	1.547	348
	<b>59.693</b>	<b>48.182</b>

**Informações adicionais**

A Companhia, em plena conformidade com as normas, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu o desconto ao valor presente das parcelas futuras de arrendamento sem considerar a inflação futura projetada nas parcelas a serem descontadas.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 10,9% a 14,2%, de acordo com o prazo de cada contrato.

Em atendimento à Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, se, nas transações em que a taxa incremental é usada, a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, os saldos dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, seriam os apresentados na coluna “Ofício”:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Contas	2020			2019		
	Registrado	Ofício	% Variação	Registrado	Ofício	% Variação
Passivos de arrendamento	(2.120.613)	(2.273.916)	7%	(3.777.281)	(3.977.195)	5%
Direito de uso residual	6.991.664	7.017.560	0%	3.622.281	3.716.764	3%
Despesa financeira	(462.664)	(480.669)	4%	(251.750)	(272.107)	8%
Despesa de depreciação	(245.946)	(261.076)	6%	(135.793)	(153.268)	13%

Os saldos registrados pela Companhia incluem o contrato da Malha Central e o aditivo de renovação do contrato da Malha Paulista, que possuem taxa implícita identificada, de forma que sua valorização não gera as distorções no passivo e direito de uso objeto do Ofício Circular da CVM. Em 31 de dezembro de 2020, o passivo de arrendamento desses contratos era de R\$ 983.576 (R\$ 2.728.930 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 4.713.

## 5.7 Fornecedores

### Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de materiais e serviços	54.562	44.090	721.600	495.837
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	-	-	727	370
Outros	17.729	11.019	32.215	17.118
<b>Total</b>	<b>72.291</b>	<b>55.109</b>	<b>754.542</b>	<b>513.325</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**5.8 Instrumentos financeiros derivativos**

**Política contábil:**

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

- i. *Hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados consolidados são apresentados abaixo:

	<b>Nocional</b>		<b>Valor justo</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Derivativos de taxa de câmbio e juros</b>				
Contratos de Swap (Juros e câmbio)	4.648.615	5.534.936	3.579.657	1.623.541
Contratos de Swap (Juros e inflação)	2.229.136	-	408.867	-
	<b>6.877.751</b>	<b>5.534.936</b>	<b>3.988.524</b>	<b>1.623.541</b>
<b>Ativos</b>			<b>3.988.524</b>	<b>1.624.023</b>
<b>Passivos</b>			-	<b>(482)</b>
<b>Total de instrumentos contratados</b>			<b>3.988.524</b>	<b>1.623.541</b>

A Companhia contratou operações de *Swap*, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

A Companhia contratou operações de *Swap de juros e câmbio*, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de *Swap de juros e inflação*, a Companhia fica ativa em IPCA + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**Estratégias de Hedge**

a) Hedge do valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

Hedge risco de câmbio		Nocional R\$	Valor contábil		Resultado	
			R\$		Ajuste de valor justo	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Objetos</b>						
Sênior Notes 2024	US\$ + 7,4%	(2.405.595)	(4.514.289)	(3.318.895)	(959.017)	(471.159)
Sênior Notes 2025	US\$ + 5,9%	(1.740.550)	(3.067.359)	(2.182.089)	(779.581)	(295.208)
<b>Total</b>		<b>(4.146.145)</b>	<b>(7.581.648)</b>	<b>(5.500.984)</b>	<b>(1.738.598)</b>	<b>(766.367)</b>
<b>Instrumentos derivativos</b>						
Swap de câmbio e juros	BRL + 145% do CDI	2.405.595	2.118.028	989.022	1.021.045	340.265
Swap de câmbio e juros	BRL + 127% do CDI	1.740.550	1.341.379	479.481	825.015	201.679
<b>Total</b>		<b>4.146.145</b>	<b>3.459.407</b>	<b>1.468.503</b>	<b>1.846.060</b>	<b>541.944</b>
<b>Total líquido</b>		<b>-</b>	<b>(4.122.241)</b>	<b>(4.032.481)</b>	<b>107.462</b>	<b>(224.423)</b>
<b>Hedge risco de juros</b>						
Hedge risco de juros		Nocional R\$	Valor contábil		Resultado	
			R\$		Ajuste de valor justo	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Objetos</b>						
Debêntures	IPCA+3,90%	(906.856)	(1.025.777)	(895.249)	(192.446)	(9.677)
Debêntures	IPCA+4,00%	(222.280)	(255.501)	(219.466)	(46.991)	(487)
<b>Total</b>		<b>(1.129.136)</b>	<b>(1.281.278)</b>	<b>(1.114.715)</b>	<b>(239.437)</b>	<b>(10.164)</b>
<b>Instrumentos derivativos</b>						
Swap de inflação e juros		927.136	144.137	-	149.663	-
Swap de inflação e juros		227.828	32.556	-	33.932	-
<b>Total</b>		<b>1.154.964</b>	<b>176.693</b>	<b>-</b>	<b>183.595</b>	<b>-</b>
<b>Total líquido</b>		<b>25.828</b>	<b>(1.104.585)</b>	<b>(1.114.715)</b>	<b>(55.842)</b>	<b>(10.164)</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

a) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de hedge documentadas. A Companhia optou por designar os passivos protegidos (objetos de hedge) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos sempre são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos contábeis são os mesmos que seriam obtidos através de uma documentação de hedge:

Risco de juros		Nocional R\$	Valor contábil R\$		Resultado	
					Ajuste de valor justo	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Passivos designados</b>						
Debêntures	IPCA+4,68%	(500.000)	(595.847)	(570.098)	(48.142)	(4.911)
Debêntures	IPCA+4,50%	(600.000)	(739.202)	(668.034)	(55.116)	(5.710)
<b>Total</b>		<b>(1.100.000)</b>	<b>(1.335.049)</b>	<b>(1.238.132)</b>	<b>(103.258)</b>	<b>(10.621)</b>
<b>Instrumentos derivativos</b>						
Swap de inflação e juros	102% do CDI	500.000	96.931	59.678	39.232	55.132
Swap de inflação e juros	105% do CDI	600.000	135.244	80.455	56.915	76.113
<b>Total</b>		<b>1.100.000</b>	<b>232.175</b>	<b>140.133</b>	<b>96.147</b>	<b>131.245</b>
<b>Total líquido</b>		<b>-</b>	<b>(1.102.874)</b>	<b>(1.097.999)</b>	<b>(7.111)</b>	<b>120.624</b>

  

Risco de câmbio		Nocional R\$	Valor contábil R\$		Resultado	
					Ajuste de valor justo	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Passivos designados</b>						
ECA	EUR + 0,58%	(100.198)	(95.373)	(79.528)	(36.481)	(267)
Loan 4131	USD + 2,20%	(402.272)	(485.978)	(217.537)	(64.235)	(9.306)
<b>Total</b>		<b>(502.470)</b>	<b>(581.351)</b>	<b>(297.065)</b>	<b>(100.716)</b>	<b>(9.573)</b>
<b>Instrumentos derivativos</b>						
Swap de câmbio e juros	BRL + 108% do CDI	100.198	39.529	2.564	36.165	932
Swap de câmbio e juros	BRL + 118% do CDI	402.272	80.720	12.340	66.700	6.306
<b>Total</b>		<b>502.470</b>	<b>120.249</b>	<b>14.904</b>	<b>102.865</b>	<b>7.238</b>
<b>Total líquido</b>		<b>-</b>	<b>(461.102)</b>	<b>(282.161)</b>	<b>2.149</b>	<b>(2.335)</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**5.9 Outros tributos a recuperar**

**Política Contábil:**

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
COFINS	45.069	22.909	303.727	253.755
PIS	9.589	4.778	115.642	94.739
ICMS (i)	-	-	595.450	522.820
ICMS CIAP (ii)	-	-	106.243	129.000
Outros	3.016	2.931	20.268	10.586
	<b>57.674</b>	<b>30.618</b>	<b>1.141.330</b>	<b>1.010.900</b>
<b>Circulante</b>	57.674	30.618	350.883	347.316
<b>Não circulante</b>	-	-	790.447	663.584
	<b>57.674</b>	<b>30.618</b>	<b>1.141.330</b>	<b>1.010.900</b>

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

**5.10 Estoques**

**Política contábil:**

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda).

A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Peças e acessórios	910	943	219.831	236.347
Combustíveis e lubrificantes	27	-	6.807	6.894
Almoxarifado e outros	165	93	22.680	5.215
	<b>1.102</b>	<b>1.036</b>	<b>249.318</b>	<b>248.456</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 7.256 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 5.492 em 31 de dezembro de 2019).

**5.11 Investimentos em associadas e provisão para passivo a descoberto**

**(a) Subsidiárias e associadas**

**Política contábil:**

**a) Subsidiárias**

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidados quando o controle deixar de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**a) Associadas**

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”.

Abaixo estão os investimentos em subsidiárias e associadas que são materiais para a Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

**i. Controladora**

	<b>Número de ações da investida</b>	<b>Ações da investidora</b>	<b>Percentual de participação</b>
Elevações Portuárias S.A.	672.397.254	672.397.254	100,00%
Rumo Intermodal S.A.	91.064.313	91.064.313	100,00%
Rumo Malha Central S.A.	250.000.000	250.000.000	100,00%
Rumo Malha Norte S.A.	1.189.412.363	1.186.268.176	99,74%
Boswells S.A.	3.265.000	3.265.000	100,00%
Brado Participações S.A.	12.962.963	8.065.556	62,22%
Paranaguá S.A.	6.119.802	6.113.851	99,90%
Logispot Armazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.040.816	51,00%
Rumo Luxembourg Sarl	500.000	500.000	100,00%
Rumo Malha Sul S.A.	6.677.710.494.907	6.677.710.494.907	100,00%
ALL Argentina S.A.	9.703.000	8.826.110	90,96%
Rumo Malha Paulista S.A.	90.826.624.247	90.826.624.247	100,00%
Terminal São Simão S.A.	78.000.000	39.780.000	51,00%
Rumo Malha Oeste S.A.	478.460.074	478.460.074	100,00%

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	Saldo em 01 de janeiro de 2020	Resultado de equivalência	Aumento (redução) de capital / AFAC	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Reclassificação passivo a descoberto	Amortização do direito de concessão	Plano de opção de ações	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Elevações Portuárias S.A.	707.336	61.399	-	(44.950)	17	-	-	-	723.802
Rumo Intermodal S.A.	40.005	3.499	(20.000)	-	422	-	-	-	23.926
Rumo Malha Central S.A.	328.740	(256.049)	2.800.000	-	-	-	-	-	2.872.691
Rumo Malha Norte S.A.	8.317.416	673.856	-	(676.655)	73	-	(29.879)	-	8.284.811
Boswells S.A.	25.574	-	-	-	7.399	-	-	-	32.973
Brado Participações S.A.	371.867	6.185	-	(1.398)	-	-	-	332	376.986
Paranaguá S.A.	20.394	1.271	1.390	-	(2.234)	-	-	-	20.821
Logisport Armazéns Gerais S.A.	73.143	1.956	-	(609)	-	-	-	-	74.490
Rumo Luxembourg Sarl	50.064	(45.658)	-	-	-	-	-	-	4.406
Rumo Malha Paulista S.A.	-	283.841	2.900.000	-	68	201.620	(19.733)	-	3.365.796
Terminal São Simão S.A.	-	17	39.780	-	-	-	-	-	39.797
Rumo Malha Sul S.A.	1.730.253	(134.706)	300.000	-	358	-	-	-	1.895.905
<b>Total investimento em associadas</b>	<b>11.664.792</b>	<b>595.611</b>	<b>6.021.170</b>	<b>(723.612)</b>	<b>6.103</b>	<b>201.620</b>	<b>(49.612)</b>	<b>332</b>	<b>17.716.404</b>
ALL Argentina S.A.	(21.111)	(2.806)	-	-	2.379	-	-	-	(21.538)
Rumo Malha Paulista S.A.	(318.462)	(75.461)	595.543	-	-	(201.620)	-	-	-
Rumo Malha Oeste S.A.	(1.451.606)	(249.674)	-	-	47	-	-	-	(1.701.233)
<b>Total investimento em passivo a descoberto</b>	<b>(1.791.179)</b>	<b>(327.941)</b>	<b>595.543</b>	<b>-</b>	<b>2.426</b>	<b>(201.620)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.722.771)</b>
<b>Total</b>	<b>9.873.613</b>	<b>267.670</b>	<b>6.616.713</b>	<b>(723.612)</b>	<b>8.529</b>	<b>-</b>	<b>(49.612)</b>	<b>332</b>	<b>15.993.633</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	Saldo em 01 de janeiro de 2019	Resultado de equivalência	Aumento (redução) de capital / AFAC	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Adoção inicial a norma CPC 06 R2 / IFRS 16	Outros	Amortização do direito de concessão	Plano de opção de ações	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Elevações Portuárias S.A.	707.886	79.632	-	(75.037)	(16)	(5.129)	-	-	-	707.336
Rumo Intermodal S.A.	37.095	2.249	-	-	661	-	-	-	-	40.005
Rumo Malha Central S.A.	-	(121.260)	450.000	-	-	-	-	-	-	328.740
Rumo Malha Norte S.A.	8.099.091	1.065.635	-	(817.367)	(63)	-	-	(29.880)	-	8.317.416
Boswells S.A.	24.585	-	-	-	989	-	-	-	-	25.574
Brado Participações S.A.	366.399	7.559	-	(2.236)	-	-	-	-	145	371.867
Paranaguá S.A.	13.681	167	12.809	-	(6.263)	-	-	-	-	20.394
Logisport Armazéns Gerais S.A.	73.624	177	-	(634)	-	-	(24)	-	-	73.143
Rumo Luxembourg Sarl	64.118	(3.389)	(10.665)	-	-	-	-	-	-	50.064
Rumo Malha Sul S.A.	976.663	(66.731)	1.003.000	-	(322)	(182.383)	26	-	-	1.730.253
<b>Total investimento em associadas</b>	<b>10.363.142</b>	<b>964.039</b>	<b>1.455.144</b>	<b>(895.274)</b>	<b>(5.014)</b>	<b>(187.512)</b>	<b>2</b>	<b>(29.880)</b>	<b>145</b>	<b>11.664.792</b>
ALL Argentina S.A.	(17.019)	(11.917)	-	-	7.825	-	-	-	-	(21.111)
Rumo Malha Paulista S.A.	(260.465)	37.631	-	-	(54)	(75.839)	(543)	(19.192)	-	(318.462)
Rumo Malha Oeste S.A.	(1.097.466)	(142.059)	-	-	(41)	(212.040)	-	-	-	(1.451.606)
<b>Total investimento em passivo a descoberto</b>	<b>(1.374.950)</b>	<b>(116.345)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.730</b>	<b>(287.879)</b>	<b>(543)</b>	<b>(19.192)</b>	<b>-</b>	<b>(1.791.179)</b>
<b>Total</b>	<b>8.988.192</b>	<b>847.694</b>	<b>1.455.144</b>	<b>(895.274)</b>	<b>2.716</b>	<b>(475.391)</b>	<b>(541)</b>	<b>(49.072)</b>	<b>145</b>	<b>9.873.613</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Informações financeiras de subsidiárias:

	31/12/2020				31/12/2019			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício
Elevações Portuárias S.A.	918.960	195.158	723.802	61.399	886.098	178.761	707.337	79.632
Rumo Intermodal S.A.	34.662	10.736	23.926	3.499	56.121	16.113	40.008	2.249
Rumo Malha Central S.A.	5.041.849	2.169.159	2.872.690	(256.049)	3.107.023	2.778.284	328.739	(121.260)
Rumo Malha Norte S.A.	16.355.228	12.552.278	3.802.950	701.710	12.778.704	8.999.093	3.779.611	1.084.633
Boswells S.A.	32.973	-	32.973	-	25.575	-	25.575	-
Brado Participações S.A.	891.438	320.467	570.971	8.799	783.554	219.675	563.879	9.426
Paranaguá S.A.	20.995	152	20.843	1.273	20.918	502	20.416	167
Logisport Armazéns Gerais S.A.	55.295	28.149	27.146	4.935	119.694	49.776	69.918	347
ALL Argentina S.A.	6.572	30.248	(23.676)	(3.085)	6.777	29.984	(23.207)	(13.103)
Rumo Luxembourg Sarl	9.279.021	9.274.616	4.405	(45.658)	5.186.074	5.136.011	50.063	(3.389)
Rumo Malha Paulista S.A.	10.719.689	7.313.028	3.406.661	176.322	5.982.712	6.247.985	(265.273)	(34.726)
Rumo Malha Oeste S.A.	176.391	1.877.627	(1.701.236)	(249.674)	391.307	1.842.916	(1.451.609)	(131.086)
Rumo Malha Sul S.A.	4.460.509	2.561.460	1.899.049	(144.206)	4.189.668	2.446.771	1.742.897	(125.916)
Terminal São Simão S.A.	98.310	20.276	78.034	34	-	-	-	-

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**ii. Consolidado**

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rhall Terminais Ltda.	28.580	8.574	30,00%
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	500.000	99.246	19,85%
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	200.000	99.246	49,62%

	Saldo em 01 de janeiro de 2020	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Rhall Terminais Ltda.	4.148	851	(1.234)	-	3.765
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	5.214	2.659	-	(6.200)	1.673
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	18.247	3.535	(3.103)	-	18.679
Terminal XXXIX S.A.	24.404	6.042	(3.849)	-	26.597
<b>Total investimento em associadas</b>	<b>52.013</b>	<b>13.087</b>	<b>(8.186)</b>	<b>(6.200)</b>	<b>50.714</b>

	Saldo em 01 de janeiro de 2019	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Rhall Terminais Ltda.	3.166	1.009	(27)	-	4.148
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	5.192	5.720	-	(5.698)	5.214
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	19.601	5.262	(6.616)	-	18.247
Terminal XXXIX S.A.	16.042	9.885	(1.523)	-	24.404
<b>Total investimento em associadas</b>	<b>44.001</b>	<b>21.876</b>	<b>(8.166)</b>	<b>(5.698)</b>	<b>52.013</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Informações financeiras de associadas:

	31/12/2020				31/12/2019			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício
Rhall Terminais Ltda.	26.371	13.821	12.550	9.578	16.629	2.804	13.825	3.641
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	229.586	221.232	8.354	7.721	275.215	249.166	26.049	25.552
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	271.125	84.313	186.812	38.301	217.311	34.849	182.462	46.611
Terminal XXXIX S.A.	171.072	117.877	53.195	11.667	61.560	12.745	48.815	17.710

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**(b) Participação de acionistas não controladores**

**Política contábil:**

As transações com participações de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio - ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários.

A seguir, são apresentadas informações financeiras resumidas para cada subsidiária que possui participações não controladoras que são relevantes para o grupo. Os valores divulgados para cada subsidiária são antes das eliminações entre as empresas.

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rumo Malha Norte S.A.	1.189.412.363	3.144.187	0,26%
Brado Participações S.A.	12.962.963	4.897.407	37,78%
Logispot Armazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.000.000	49,00%
Terminal São Simão S.A.	78.000.000	38.220.000	49,00%

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das subsidiárias da Companhia que possui participações não controladoras relevantes, antes de quaisquer eliminações intragrupo.

	Saldo em 01 de janeiro de 2020	Resultado não controlador	Dividendos	Plano de opções de ações	Aumento de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Rumo Malha Norte S.A.	9.903	1.862	(1.850)	-	-	64	9.979
Brado Participações S.A.	225.889	3.755	(845)	194	-	-	228.993
Logispot Armazéns Gerais S.A.	34.219	1.879	(585)	-	-	-	35.513
Terminal São Simão S.A.	-	16	-	-	38.220	-	38.236
<b>Total investimento em associadas</b>	<b>270.011</b>	<b>7.512</b>	<b>(3.280)</b>	<b>194</b>	<b>38.220</b>	<b>64</b>	<b>312.721</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	Saldo em 01 de janeiro de 2019	Resultado não controlador	Dividendos	Plano de opções de ações	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Rumo Malha Norte S.A.	8.734	3.336	(2.270)	-	103	9.903
Brado Participações S.A.	223.032	4.126	(1.357)	88	-	225.889
Logispot Armazéns Gerais S.A.	34.657	172	(610)	-	-	34.219
<b>Total investimento em associadas</b>	<b>266.423</b>	<b>7.634</b>	<b>(4.237)</b>	<b>88</b>	<b>103</b>	<b>270.011</b>

**Balço patrimonial resumido:**

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Logispot Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativos</b>						
Circulante	3.755.283	3.460.028	242.869	169.796	15.202	6.975
Não circulante	12.599.945	9.318.676	648.569	613.758	40.093	112.719
<b>Total ativo</b>	<b>16.355.228</b>	<b>12.778.704</b>	<b>891.438</b>	<b>783.554</b>	<b>55.295</b>	<b>119.694</b>
<b>Passivos</b>						
Circulante	1.972.340	959.471	152.336	104.184	12.201	11.522
Não circulante	10.579.938	8.039.622	168.131	115.491	15.948	38.254
<b>Total passivo</b>	<b>12.552.278</b>	<b>8.999.093</b>	<b>320.467</b>	<b>219.675</b>	<b>28.149</b>	<b>49.776</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>3.802.950</b>	<b>3.779.611</b>	<b>570.971</b>	<b>563.879</b>	<b>27.146</b>	<b>69.918</b>

**Demonstração do resultado resumida e outros resultados abrangentes:**

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Logispot Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida	3.781.915	4.135.513	283.133	294.710	22.088	18.029
Resultado antes dos impostos	870.421	1.271.783	14.222	14.906	6.010	389
Imposto de renda e contribuição social	(168.711)	(187.150)	(5.423)	(5.480)	(1.075)	(42)
<b>Resultado do exercício</b>	<b>701.710</b>	<b>1.084.633</b>	<b>8.799</b>	<b>9.426</b>	<b>4.935</b>	<b>347</b>
Outros resultados abrangentes	(174)	(64)	-	-	-	-
<b>Resultados abrangente total</b>	<b>701.536</b>	<b>1.084.569</b>	<b>8.799</b>	<b>9.426</b>	<b>4.935</b>	<b>347</b>
Dividendos pagos	(511.477)	(819.534)	(2.239)	(3.593)	(612)	-

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**Demonstração dos fluxos de caixa resumida:**

	<b>Rumo Malha Norte S.A.</b>		<b>Brado Participações S.A.</b>		<b>Logisport Armazéns Gerais S.A.</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais	1.952.526	2.003.991	53.015	40.584	4.398	4.723
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimento	(261.609)	1.068.235	(40.135)	35.270	(6.928)	(361)
Caixa (utilizado) gerado nas atividades de financiamento	(379.324)	(2.227.250)	23.532	(52.172)	2.651	(4.522)
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.311.593</b>	<b>844.976</b>	<b>36.412</b>	<b>23.682</b>	<b>121</b>	<b>(160)</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no início do exercício</b>	<b>920.972</b>	<b>75.996</b>	<b>40.890</b>	<b>17.208</b>	<b>15</b>	<b>175</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no final do exercício</b>	<b>2.232.565</b>	<b>920.972</b>	<b>77.302</b>	<b>40.890</b>	<b>136</b>	<b>15</b>

**5.12 Ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso**

**Política contábil:**

**Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão, cada qual registrado em uma empresa individual. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 exceto os impactos de COVID mencionado na Nota 4.1, não identificamos outros indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida, exceto para a unidade geradora de caixa representada pela concessão da Rumo Malha Oeste, que apresenta resultados negativos e baixa geração de caixa (Nota 5.11).

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

### **Análise de perda ao valor recuperável**

A Companhia testa anualmente o valor recuperável do ágio por expectativa de resultados futuros advindos de combinação de negócio. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização somente são testados se houve indícios de que o valor contábil não seja recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia identificou indicadores de impairment para a unidade geradora de caixa representada pela concessão da Rumo Malha Oeste: i) a malha registrou uma redução significativa no volume transportado devido a problemas operacionais na via ocasionados pelas fortes chuvas do primeiro trimestre, fazendo com que a administração buscasse alternativas para performar determinados volumes contratados, volumes estes, que sustentavam a projeção de fluxo de caixa dessa unidade geradora de caixa até então; ii) a decisão da Administração de protocolar o pedido de relicitação (Nota 5.16) gera incertezas sobre o período em que a Malha será a operadora, uma vez que depende do andamento do processo. Dessa forma a Companhia registrou uma provisão para perda por valor recuperável de R\$143.987 (sendo R\$ 143.018 relativos a imobilizados (nota 5.12.1) e R\$ 966 referentes a direito de uso (nota 5.12.3)), equivalente ao saldo remanescente dos ativos permanentes dessa unidade geradora de caixa. O registro se deu em contrapartida à “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”, nota 6.3.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras** **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A Companhia avaliou ainda os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre as demais unidades geradoras de caixa e, apesar de alguns impactos no exercício de 2020, a Administração não detectou deterioração nos indicadores de médio e longo prazos.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

### **5.12.1 Imobilizado**

#### **Política contábil:**

##### **Reconhecimento e mensuração**

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

**Reconciliação do valor contábil**

	Consolidado						Controladora	
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
<b>Valor de custo:</b>								
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>904.802</b>	<b>822.965</b>	<b>7.471.515</b>	<b>8.005.887</b>	<b>999.026</b>	<b>768.383</b>	<b>18.972.578</b>	<b>189.018</b>
Adições	4	528	29.773	1.802	1.947.984	424	1.980.515	6.563
Baixas	(1.169)	(476)	(105.592)	-	(283)	(3.413)	(110.933)	-
Transferências	116.272	161.548	812.130	595.381	(1.467.891)	70.208	287.648	(275)
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>1.019.909</b>	<b>984.565</b>	<b>8.207.826</b>	<b>8.603.070</b>	<b>1.478.836</b>	<b>835.602</b>	<b>21.129.808</b>	<b>195.306</b>
Adições	146	717	17.900	1.193	3.248.397	58	3.268.411	6.807
Baixas	(532)	-	(94.689)	-	(507)	(21.265)	(116.993)	-
Transferências	369.899	187.873	796.982	645.612	(1.973.975)	55.560	81.951	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.389.422</b>	<b>1.173.155</b>	<b>8.928.019</b>	<b>9.249.875</b>	<b>2.752.751</b>	<b>869.955</b>	<b>24.363.177</b>	<b>202.113</b>
<b>Depreciação e perda por redução ao valor recuperável:</b>								
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>(300.247)</b>	<b>(350.481)</b>	<b>(3.514.645)</b>	<b>(3.261.319)</b>	<b>(10.842)</b>	<b>(479.821)</b>	<b>(7.917.355)</b>	<b>(55.752)</b>
Adições	(58.991)	(106.962)	(632.170)	(611.576)	-	(16.378)	(1.426.077)	(13.953)
Baixas	131	466	104.872	6	-	3.309	108.784	-
Transferências	4.057	6.121	(107.941)	(2.234)	3.972	(28.967)	(124.992)	-
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>(355.050)</b>	<b>(450.856)</b>	<b>(4.149.884)</b>	<b>(3.875.123)</b>	<b>(6.870)</b>	<b>(521.857)</b>	<b>(9.359.640)</b>	<b>(69.705)</b>
Adições	(50.219)	(116.580)	(566.259)	(511.696)	(2.048)	(23.325)	(1.270.127)	(12.124)
Baixas	-	-	90.668	-	-	18.286	108.954	-
Transferências	(76.224)	11.646	(59.353)	67.841	2.795	197	(53.098)	-
Perda por redução ao valor recuperável	(2.811)	(8.898)	(31.405)	(80.340)	(7.256)	(12.308)	(143.018)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(484.304)</b>	<b>(564.688)</b>	<b>(4.716.233)</b>	<b>(4.399.318)</b>	<b>(13.379)</b>	<b>(539.007)</b>	<b>(10.716.929)</b>	<b>(81.829)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>664.859</b>	<b>533.709</b>	<b>4.057.942</b>	<b>4.727.947</b>	<b>1.471.966</b>	<b>313.745</b>	<b>11.770.168</b>	<b>125.601</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>905.118</b>	<b>608.467</b>	<b>4.211.786</b>	<b>4.850.557</b>	<b>2.739.372</b>	<b>330.948</b>	<b>13.646.248</b>	<b>120.284</b>

(i) Em 31 de dezembro de 2020, vagões e locomotivas no montante de R\$ 745.203 (R\$ 745.203 em 31 de dezembro de 2019), foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.5).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**Capitalização de custos de empréstimos**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 34.107 (R\$ 2.506 em 31 de dezembro de 2019).

**5.12.2 Ativos intangíveis e ágio**

**Política contábil**

**Reconhecimento e mensuração**

Intangíveis são inicialmente registrados pelo valor de custo (seja por compra ou no âmbito de uma combinação de negócios), deduzido das amortizações e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**Despesas subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**Amortização**

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

<u>Ativo intangível (exceto ágio)</u>	<u>Taxa anual de amortização %</u>
Licença de software	20,00%
Licença de operação	3,70%
Direito de concessão	1,59%

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	Consolidado				Controladora	
	Ágio <sup>(i)</sup>	Direito de Concessão <sup>(ii)</sup>	Licença de operação	Outros	Total	Total
<b>Valor de custo:</b>						
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>100.451</b>	<b>8.000.700</b>	<b>343.177</b>	<b>189.045</b>	<b>8.633.373</b>	<b>615.511</b>
Adições	-	12.031	-	4.138	16.169	-
Transferências	-	-	171	13.484	13.655	(657)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>100.451</b>	<b>8.012.731</b>	<b>343.348</b>	<b>206.667</b>	<b>8.663.197</b>	<b>614.854</b>
Adições	-	5.227	-	4.445	9.672	-
Transferências	-	-	-	19.365	19.365	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>100.451</b>	<b>8.017.958</b>	<b>343.348</b>	<b>230.477</b>	<b>8.692.234</b>	<b>614.854</b>
<b>Amortização e redução ao valor recuperável:</b>						
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>-</b>	<b>(881.632)</b>	<b>(131.909)</b>	<b>(125.950)</b>	<b>(1.139.491)</b>	<b>(226.742)</b>
Adições	-	(121.103)	(11.766)	(15.749)	(148.618)	(38.456)
Transferências	-	-	-	(55)	(55)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>-</b>	<b>(1.002.735)</b>	<b>(143.675)</b>	<b>(141.754)</b>	<b>(1.288.164)</b>	<b>(265.198)</b>
Adições	-	(121.574)	(11.774)	(19.290)	(152.638)	(38.960)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>-</b>	<b>(1.124.309)</b>	<b>(155.449)</b>	<b>(161.044)</b>	<b>(1.440.802)</b>	<b>(304.158)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>100.451</b>	<b>7.009.996</b>	<b>199.673</b>	<b>64.913</b>	<b>7.375.033</b>	<b>349.656</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>100.451</b>	<b>6.893.649</b>	<b>187.899</b>	<b>69.433</b>	<b>7.251.432</b>	<b>310.696</b>

- (i) Ágio proveniente de combinação de negócios de exercícios anteriores, sendo R\$62.922 do Terminal T-16 em Santos e R\$37.529 da controlada indireta Logisport, apresentados somente no consolidado.
- (ii) Refere-se ao contrato de concessão da Rumo Malha Norte. O ativo foi identificado e valorizado ao valor justo na combinação de negócios entre Rumo e ALL. O valor será amortizado até o final da concessão em 2079, sendo registrado na demonstração de resultado, em custos dos serviços prestados, no grupo depreciação e amortização.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**5.12.3 Direito de uso**

**Política contábil:**

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Como mencionado na Nota 4.2, a Companhia celebrou com a união por intermédio da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, o 2º Termo aditivo ao Contrato de Concessão da Rumo Malha Paulista. A alteração foi revisada e autorizada pelo TCU – Tribunal de Contas da União conforme despacho de 20 de maio de 2020, que garante o direito de exploração da malha ferroviária pelo prazo de mais 30 anos, contados a partir de 2028. Essa transação é a principal adição do exercício, como podemos verificar nos quadros de movimentação:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	Consolidado						Total
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Software	Veículos	Infraestrutura ferroviária e portuária	
<b>Valor de custo:</b>							
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>161.485</b>	<b>11.093</b>	<b>1.286.671</b>	<b>66.931</b>	<b>13.085</b>	<b>842.782</b>	<b>2.382.047</b>
Adições	7.073	3.045	1.004	-	732	2.904.778	2.916.632
Reajuste contratual	9.883	68	712	-	442	54.828	65.933
Transferências para imobilizado	-	(2.539)	(249.746)	-	-	1.565	(250.720)
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>178.441</b>	<b>11.667</b>	<b>1.038.641</b>	<b>66.931</b>	<b>14.259</b>	<b>3.803.953</b>	<b>5.113.892</b>
Adições	91.095	8.512	864	15.438	-	3.406.560	3.522.469
Reajuste contratual	834	10.397	1.783	-	(334)	251.854	264.534
Transferências para imobilizado	-	-	(107.963)	-	-	-	(107.963)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>270.370</b>	<b>30.576</b>	<b>933.325</b>	<b>82.369</b>	<b>13.925</b>	<b>7.462.367</b>	<b>8.792.932</b>
<b>Amortização:</b>							
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	(50.450)	(2.532)	(462.748)	-	-	(131.541)	(647.271)
Adições	(10.649)	(3.029)	(9.018)	(7.594)	(6.459)	(118.915)	(155.664)
Transferências	(7.233)	2.532	104.694	-	2	-	99.995
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>(68.332)</b>	<b>(3.029)</b>	<b>(367.072)</b>	<b>(7.594)</b>	<b>(6.457)</b>	<b>(250.456)</b>	<b>(702.940)</b>
Adições	(27.226)	(3.162)	(53.413)	(4.940)	(6.572)	(230.057)	(325.370)
Transferências para imobilizado	-	-	59.745	-	-	-	59.745
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	(966)	(966)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(95.558)</b>	<b>(6.191)</b>	<b>(360.740)</b>	<b>(12.534)</b>	<b>(13.029)</b>	<b>(481.479)</b>	<b>(969.531)</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>110.109</b>	<b>8.638</b>	<b>671.569</b>	<b>59.337</b>	<b>7.802</b>	<b>3.553.497</b>	<b>4.410.952</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>174.812</b>	<b>24.385</b>	<b>572.585</b>	<b>69.835</b>	<b>896</b>	<b>6.980.888</b>	<b>7.823.401</b>

### 5.13 Outros tributos a pagar

#### Política contábil:

A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques de contas bancárias, impostos sobre rotatividade, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia. Também está sujeita a outros impostos sobre suas atividades que geralmente não representam uma despesa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS	189	32	16.481	3.142
INSS	221	194	10.272	9.383
PIS	1.458	511	2.074	703
COFINS	6.898	2.475	9.962	3.427
Parcelamento de débitos tributários	902	902	2.791	10.942
ISS	-	-	12.107	6.753
IOF	16	45	256	309
Outros	324	162	10.782	6.647
	<b>10.008</b>	<b>4.321</b>	<b>64.725</b>	<b>41.306</b>
<b>Circulante</b>	<b>10.008</b>	<b>4.321</b>	<b>62.602</b>	<b>33.726</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.123</b>	<b>7.580</b>
	<b>10.008</b>	<b>4.321</b>	<b>64.725</b>	<b>41.306</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Os valores devidos no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
13 a 24 meses	373	2.136
25 a 36 meses	235	2.569
37 a 48 meses	235	1.848
49 a 60 meses	215	754
61 a 72 meses	53	62
73 a 84 meses	53	48
85 a 96 meses	53	48
A partir de 97 meses	906	115
	<b>2.123</b>	<b>7.580</b>

#### **5.14 Imposto de renda e contribuição social**

**Política contábil:**

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**i. Imposto corrente**

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**i. Imposto diferido**

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**ii. Exposição fiscal**

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

**iii. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

**a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	349.300	779.228	474.664	915.119
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(118.762)	(264.938)	(161.386)	(311.140)
<b>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</b>				
Equivalência patrimonial	91.008	288.216	4.450	7.438
Resultado de empresas no exterior	-	-	(16.223)	(5.801)
Lucro da exploração	-	-	109.081	178.609
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas <sup>(i)</sup>	(32.042)	637	(145.326)	(53.253)
Efeito de amortização do ágio	(16.869)	(16.869)	1.271	1.271
Juros sobre capital próprio	(8.942)	(13.260)	-	-
Outros	33.470	5.223	38.144	53.628
<b>Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)</b>	<b>(52.137)</b>	<b>(991)</b>	<b>(169.989)</b>	<b>(129.248)</b>
<b>Taxa efetiva - %</b>	<b>14,93%</b>	<b>0,13%</b>	<b>35,81%</b>	<b>14,12%</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

- (i) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários.

**b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido**

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Créditos ativos de:</b>				
Prejuízos fiscais	250.871	250.279	1.841.755	1.782.085
Base negativa de contribuição social	101.127	100.914	675.123	653.792
<b>Diferenças temporárias:</b>				
Provisão para demandas judiciais	19.723	18.015	197.431	200.872
Provisão para perda ao valor recuperável	30.327	30.327	226.092	203.057
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	231	642	14.752	14.648
Provisão para não realização de impostos	-	-	45.149	41.295
Provisão para participação nos resultados	115	3.887	9.058	39.545
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos <sup>(i)</sup>	28.461	2.826	595.395	68.532
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	-	-	629.635	666.017
Ajuste valor justo sobre a dívida	77.667	22.773	526.001	174.596
Diferenças temporárias sobre outras provisões	5.715	-	95.191	80.405
Combinação de negócios - imobilizado	2.143	1.885	34.907	49.293
Transações com pagamentos baseado em ações	14.009	-	14.009	-
Outros	-	12.291	233.941	122.318
<b>Tributos diferidos - Ativos</b>	<b>530.389</b>	<b>443.839</b>	<b>5.138.439</b>	<b>4.096.455</b>
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	(344.005)	(345.429)	(2.281.470)	(2.183.537)
<b>Créditos passivos de:</b>				
<b>Diferenças temporárias:</b>				
Ágio fiscal amortizado	-	-	(24.838)	(24.838)
Passivos de arrendamento	(826)	(809)	(22.214)	(36.589)
Resultado não realizado com derivativos	(139.588)	(31.441)	(1.464.591)	(556.031)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	(3.416)	(965)	-	-
Combinação de negócios - Intangível	(61.204)	(65.195)	(2.549.151)	(2.573.178)
Outros	-	-	(40.482)	(38.649)
<b>Tributos diferidos - Passivos</b>	<b>(205.034)</b>	<b>(98.410)</b>	<b>(4.101.276)</b>	<b>(3.229.285)</b>
<b>Total de tributos diferidos</b>	<b>(18.650)</b>	<b>-</b>	<b>(1.244.307)</b>	<b>(1.316.367)</b>
<b>Diferido ativo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.270.621</b>	<b>1.174.484</b>
<b>Diferido passivo</b>	<b>(18.650)</b>	<b>-</b>	<b>(2.514.928)</b>	<b>(2.490.851)</b>
<b>Total</b>	<b>(18.650)</b>	<b>-</b>	<b>(1.244.307)</b>	<b>(1.316.367)</b>

- (i) A Companhia optou pelo regime de caixa para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado baseado no crescimento da produção agrícola e da exportação projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia avaliou os impactos observados da pandemia de COVID-19 e da renovação da Malha Paulista, e julgou que os potenciais efeitos não devem afetar as projeções de médio e longo prazos a ponto de prejudicar a realização dos saldos. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2020:

	<b>Diferido ativo</b>
2021	55.296
2022	56.567
2023	60.405
2024	56.730
2025	55.336
2026 a 2028	140.961
2029 a 2031	410.670
2032 a 2034	434.656
<b>Total</b>	<b><u>1.270.621</u></b>

**d) Movimentações no imposto diferido**

	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	<b><u>(1.390.602)</u></b>
Resultado	31.539
Compensação de prejuízo fiscal sobre parcelamento - PERT	81
Passivo atuarial	41.709
Adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16	906
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	<b><u>(1.316.367)</u></b>
Resultado	71.874
Passivo atuarial	(74)
Outros	260
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b><u>(1.244.307)</u></b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

**e) Movimentação analítica do imposto diferido**

**i. Impostos diferidos ativos**

	<b>Prejuízo fiscal e base negativa</b>	<b>Variação cambial</b>	<b>Provisões</b>	<b>Ajuste a valor justo da dívida</b>	<b>Imobilizado</b>	<b>Créditos não registrados</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2019</b> (Cobrado) / creditado	<b>2.439.167</b>	-	<b>545.573</b>	<b>57.298</b>	<b>562.699</b>	<b>(1.831.832)</b>	<b>249.716</b>	<b>2.022.621</b>
do resultado do exercício	(3.290)		(46.156)	117.298	103.318	(61.662)	2.300	111.808
Diferenças cambiais	-	68.532	-	-	-	-	-	68.532
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b> (Cobrado) / creditado	<b>2.435.877</b>	<b>68.532</b>	<b>499.417</b>	<b>174.596</b>	<b>666.017</b>	<b>(1.893.494)</b>	<b>252.016</b>	<b>2.202.961</b>
do resultado do exercício	81.001	-	(6.935)	351.405	(36.382)	(39.699)	126.032	475.422
Diferenças cambiais	-	526.863	-	-	-	-	-	526.863
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.516.878</b>	<b>595.395</b>	<b>492.482</b>	<b>526.001</b>	<b>629.635</b>	<b>(1.933.193)</b>	<b>378.048</b>	<b>3.205.246</b>

**ii. Impostos diferidos passivos**

	<b>Intangível</b>	<b>Resultado não realizado com derivativos</b>	<b>Passivos de arrendamentos</b>	<b>Créditos não registrados</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2019</b> (Cobrado) / creditado	<b>(2.578.722)</b>	<b>(307.098)</b>	<b>(228.041)</b>	<b>(123.051)</b>	<b>(56.762)</b>	<b>(3.293.674)</b>
do resultado do exercício	5.544	(248.933)	191.452	(166.992)	(6.725)	(225.654)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b> (Cobrado) / creditado	<b>(2.573.178)</b>	<b>(556.031)</b>	<b>(36.589)</b>	<b>(290.043)</b>	<b>(63.487)</b>	<b>(3.519.328)</b>
do resultado do exercício	24.027	(908.560)	14.155	(58.234)	(1.799)	(930.411)
dos outros resultados abrangentes	-	-	220	-	(34)	186
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(2.549.151)</b>	<b>(1.464.591)</b>	<b>(22.214)</b>	<b>(348.277)</b>	<b>(65.320)</b>	<b>(4.449.553)</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

**5.15 Provisão para demandas e depósitos judiciais**

**Política contábil:**

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	<b>Provisão para demandas judiciais</b>			
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Tributárias	2.235	2.453	79.447	79.006
Cíveis, regulatórias e ambientais	17.782	7.791	150.173	137.081
Trabalhistas	32.791	37.833	243.484	264.856
	<b>52.808</b>	<b>48.077</b>	<b>473.104</b>	<b>480.943</b>

	<b>Depósitos judiciais</b>			
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Tributárias	13.477	6.485	46.770	37.999
Cíveis, regulatórias e ambientais <sup>(i)</sup>	2.565	2.172	59.413	178.033
Trabalhistas	16.174	14.149	224.419	199.214
	<b>32.216</b>	<b>22.806</b>	<b>330.602</b>	<b>415.246</b>

- (i) Redução decorre dos depósitos revertidos em favor da União no acordo firmado em torno da ação de reequilíbrio econômico-financeiro por ocasião da renovação do contrato de concessão da Malha Paulista (nota 4.16).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	<b>Controladora</b>			
	<b>Tributárias</b>	<b>Cíveis, regulatórias e ambientais</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	1.782	6.436	31.653	39.871
Provisionados no exercício	4.347	15.315	9.659	29.321
Baixas por reversão ou pagamento	(9.897)	(32.023)	(11.142)	(53.062)
Atualização monetária <sup>(i)</sup>	6.221	18.063	7.663	31.947
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.453</b>	<b>7.791</b>	<b>37.833</b>	<b>48.077</b>
Provisionados no exercício	22	3.600	4.896	8.518
Baixas por reversão ou pagamento	(372)	(5.020)	(12.064)	(17.456)
Atualização monetária <sup>(i)</sup>	132	11.411	2.126	13.669
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.235</b>	<b>17.782</b>	<b>32.791</b>	<b>52.808</b>

  

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Tributárias</b>	<b>Cíveis, regulatórias e ambientais</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>76.770</b>	<b>145.735</b>	<b>292.147</b>	<b>514.652</b>
Provisionados no exercício	8.131	28.996	56.209	93.336
Baixas por reversão ou pagamento	(14.494)	(70.472)	(113.678)	(198.644)
Atualização monetária <sup>(i)</sup>	8.599	32.822	30.178	71.599
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>79.006</b>	<b>137.081</b>	<b>264.856</b>	<b>480.943</b>
Provisionados no exercício	1.502	15.645	49.510	66.657
Baixas por reversão ou pagamento	(2.005)	(45.320)	(95.022)	(142.347)
Atualização monetária <sup>(i)</sup>	944	42.767	24.140	67.851
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>79.447</b>	<b>150.173</b>	<b>243.484</b>	<b>473.104</b>

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

**a) Perdas prováveis**

- **Tributárias:** Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
ICMS <sup>(i)</sup>	-	-	51.470	50.921
PIS e COFINS	-	-	2.050	2.023
INSS	664	654	24.093	23.175
Outros	1.571	1.799	1.834	2.887
	<b>2.235</b>	<b>2.453</b>	<b>79.447</b>	<b>79.006</b>

- (i) O valor provisionado refere-se especialmente a autos de infração relativos a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo, que, no entendimento fazendário, estariam classificados como “uso e consumo”, não gerando direito ao crédito.

- **Perdas possíveis**

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Tributárias	974.492	1.013.112	3.655.279	2.651.196
Cíveis, regulatórias e ambientais	160.054	278.115	3.765.974	3.402.591
Trabalhistas	122.066	113.049	865.222	875.346
	<b>1.256.612</b>	<b>1.404.276</b>	<b>8.286.475</b>	<b>6.929.133</b>

- **Tributários:**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Ganho de capital <sup>(i)</sup>	84.953	83.734	84.953	83.734
Multa isolada tributo federal <sup>(ii)</sup>	457.381	467.718	473.690	483.577
IRPJ/CSLL <sup>(iii)</sup>	278.315	262.384	510.401	474.832
ICMS <sup>(iv)</sup>	92	78	1.120.336	839.812
IRRF <sup>(v)</sup>	55.259	54.008	133.837	131.402
PIS/COFINS <sup>(vi)</sup>	3.981	4.600	868.789	155.411
Operações financeiras no exterior <sup>(vii)</sup>	-	-	29.136	28.701
MP 470 parcelamento de débitos <sup>(viii)</sup>	-	-	116.276	115.080
Plano de opção de compra de ações <sup>(ix)</sup>	53.695	59.956	63.986	70.072
IOF s/ Mútuo <sup>(x)</sup>	14.886	53.765	14.886	53.765
Compensação com crédito prêmio <sup>(xi)</sup>	-	-	45.609	44.784
Outros	25.930	26.869	193.380	170.026
	<b>974.492</b>	<b>1.013.112</b>	<b>3.655.279</b>	<b>2.651.196</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

- (i) Autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011 e 2013 e 2019 contra a Companhia relativos a: a) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; b) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de participação societária em empresa do mesmo grupo econômico; e c) suposto ganho de capital sobre incorporação de ações de empresas do mesmo grupo econômico. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere à redução da base de lançamento do ganho de capital. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo.
- (ii) A Companhia foi autuada em razão da descon sideração dos benefícios fiscais do REPORTE (suspensão de PIS e COFINS), sob a alegação de que as locomotivas e vagões adquiridos no ano de 2010 a 2012 foram utilizados fora dos limites da área portuária. Por consequência, foram exigidos PIS e COFINS, além da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos.
- (iii) Autos de infração que exige IRPJ e CSLL relativos: (a) Ágio Malha Norte: Autos de infração lavrados para a cobrança do IRPJ e da CSLL, cumulados com juros de mora e multas de ofício e isolada. No entendimento da Receita Federal a Rumo Malha Norte teria amortizado indevidamente o ágio apurado na aquisição das companhias Brasil Ferrovias S/A e Novoeste Brasil S/A. (b) Ágios GIF, TPG e Teaçú. Autos de infração lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL, cumulados com multa de ofício e juros de mora, além de multa isolada, pelos seguintes motivos: Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização na aquisição de participação em Teaçú Armazéns Gerais S/A; Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização dos ágios pagos pelas empresas TPG Participações S.A. e GIF LOG Participações S.A na aquisição de ações emitidas pela Rumo Logística S/A; (c) Provisões Trabalhistas: No ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.
- (iv) Autos de Infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, contra a Rumo Malha Paulista, relativo ao período de fevereiro de 2011 a julho de 2015, bem como de 2014 e 2018, com o apontamento de infrações por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário para exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Os fiscos estaduais autuaram as malhas pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.

O Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. A Companhia contesta as autuações e procura demonstrar ao Fisco que as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea.

- (v) A Rumo Malha Paulista teve parte de sua compensação de saldo credor de IRPJ glosada pela Receita Federal com base no argumento de que a Companhia não teria direito à compensação do IRRF sobre operações de *swap*.
  
- (vi) As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativas relativos aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

- (vii) Auto de Infração lavrado para exigir diferenças de IRPJ, CSL, PIS e COFINS, relativo aos anos-calendários de 2005 a 2008, em decorrência das seguintes infrações: Infração a) apuração indevida de créditos de PIS e COFINS sobre insumos utilizados no reparo de locomotivas; Infração b) dedução indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de despesas financeiras decorrentes de empréstimos celebrados com instituições financeiras no exterior; Infração c) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de receitas financeiras decorrentes de títulos emitidos pelo governo da Áustria e pelo governo da Espanha, esse último por meio do Instituto de Crédito Oficial (“ICO”), empresa pública a ele vinculada; Infração d) erro na contabilização e não-inclusão indevida no lucro real e na base de cálculo da CSL de ganhos auferidos em operações de swap e não tributação das receitas financeiras auferidas com tais contratos pelo PIS e pela COFINS; Infração e) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de créditos de PIS e COFINS; Infração f) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de CSL diferida; e Infração g) recolhimento insuficiente das antecipações de IRPJ e CSL, o que gerou a aplicação da multa de ofício isolada no percentual de 50%, em concomitância com as multas de ofício de 75%. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere a integralidade das infrações “a”, “b”, “d”, “e” e “f”, bem como de parte da infração “c”, para reconhecer a possibilidade de exclusão do lucro real e da base de cálculo da CSL das receitas decorrentes dos títulos da dívida pública da Áustria adquiridos em 24 de julho de 2006 e, como consequência, de parte da infração “g”, na extensão do cancelamento parcial do item “c”. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo.
- (viii) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Rumo Malha Sul e pela Rumo Intermodal, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.
- (ix) Autos de infração lavrados contra a Companhia para a cobrança de contribuição previdenciária (20% sobre o valor pago) de valores referentes ao Plano de Opção de Compra de Ações concedido para empregados, administradores e terceiros. O fundamento principal da autuação é a suposta natureza remuneratória.
- (x) O Fisco federal pretende fazer prevalecer a incidência de IOF sobre as contas correntes mantidas pela controladora para as coligadas/controladas (parte mais substancial da autuação). No entendimento do fisco, à utilização de uma rubrica contábil como de adiantamentos de despesas a empresas ligadas, sem contrato formal de mútuo, caracteriza a existência de uma conta corrente, devendo-se apurar o IOF devido segundo as regras próprias das operações de crédito rotativo. Os autos de infração ainda estão sendo questionados no âmbito administrativo.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

(xi) A Rumo Malha Sul transmitiu dezenove declarações de compensação (DCOMP) via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a "crédito-prêmio", utilizando crédito adquirido de terceiro (Fibra S/A Indústria e Comércio e outros). Tais Dcomps por se referirem a crédito de terceiros e também a "crédito - prêmio", de acordo com a legislação vigente, foram consideradas como não declaradas em Despacho decisório constante do processo administrativo, com ciência ao contribuinte em 24/09/2013, ensejando assim a aplicação de multa de 75% em atendimento ao art. 18, §4º da Lei nº 10.833/2003.

- **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Cíveis	111.478	247.614	2.440.468	2.080.218
Regulatórias	47.501	29.525	728.064	802.906
Ambientais	1.075	976	597.442	519.467
	<b>160.054</b>	<b>278.115</b>	<b>3.765.974</b>	<b>3.402.591</b>

Em 25 de julho de 2018 a Companhia teve ciência da instauração de inquérito administrativo perante o CADE para apuração de representação formulada pela Agrovia. A Companhia refuta os argumentos apresentados pela mesma e ressalta que grande parte dos fatos já foram analisados e rejeitados pelo próprio órgão em outro processo administrativo. A Companhia avalia como possível o risco de que um processo administrativo seja criado e ou venha a incorrer em perda neste processo. Devido ao estágio inicial do tema, não é possível estimar o valor em risco.

- **Trabalhistas:**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Reclamações trabalhistas	122.066	113.049	865.222	875.346
	<b>122.066</b>	<b>113.049</b>	<b>865.222</b>	<b>875.346</b>

Em 2010, a Prumo Engenharia Ltda. ("Prumo Engenharia"), empresa prestadora de serviço da então ALL – América Latina Logística SA ("ALL"), foi acusada de incorrer em práticas trabalhistas irregulares durante a execução de serviço de engenharia para a subsidiária da Companhia, atual Rumo Malha Paulista. Apesar de a Prumo Engenharia ter assumido a responsabilidade integral pela condição dos trabalhadores em questão, a Rumo Malha Paulista foi incluída indevidamente, na visão da Companhia, no cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho, sendo concedida medida liminar determinando a exclusão do referido cadastro até o trânsito em julgado do processo judicial, que tramita em segredo de justiça.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

O Ministério Público do Trabalho ainda ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra a Malha Paulista, sem a inclusão da Prumo na lide, requerendo o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$100 milhões (entre outros compromissos), julgada parcialmente procedente condenando a Companhia em obrigações de fazer e não fazer, em como, em dano moral coletivo de R\$15 milhões. Além de demonstrar que a Companhia não teve participação na prática das irregularidades, a Companhia entende que a ação deveria ser ajuizada contra a Prumo, o que se discute em recurso. O risco de perda é considerado possível e o caso encontra-se aguardando decisão do Tribunal Superior do Trabalho.

**5.16 Passivos, provisões e compromissos com o Poder Concedente**

A Companhia, através de suas controladas, é parte em contratos de subconcessão e arrendamento com o Poder Público. Os principais passivos e provisões gerados pelos contratos são:

**a) Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados**

**Política contábil:**

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

São mantidos nessa conta, saldos parcelados com o Poder Concedente. O registro inicial se dá pelo valor que restou devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos por Selic até o pagamento.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões”), registrados inicialmente em contrapartida ao intangível (Nota 5.12.2). A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Arrendamento e concessão em litígio:</b>		
Rumo Malha Paulista	101.871	1.870.018
Rumo Malha Oeste	1.617.764	1.528.238
	<b>1.719.635</b>	<b>3.398.256</b>
<b>Arrendamentos parcelados:</b>		
Rumo Malha Paulista	1.154.919	-
	<b>1.154.919</b>	-
<b>Concessões:</b>		
Rumo Malha Sul	84.637	36.621
Rumo Malha Paulista	24.151	20.003
	<b>108.788</b>	<b>56.624</b>
<b>Total</b>	<b>2.983.342</b>	<b>3.454.880</b>
<b>Circulante</b>	<b>158.705</b>	<b>9.847</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.824.637</b>	<b>3.445.033</b>
	<b>2.983.342</b>	<b>3.454.880</b>

**Arrendamento e concessão em litígio:**

A Rumo Malha Oeste pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização configurando alteração do cenário regulatório e condições estabelecidas no Edital de Desestatização – adicionalmente, as previsões de crescimento que definiram o valor do negócio não se materializaram. A ação tramita perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região. O valor referente às parcelas vencidas da Companhia estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT). Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou os valores. Em dezembro de 2014 foi proferida sentença que julgou procedente a ação, reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Em dezembro de 2015 foi deferido pedido de substituição das cartas de fiança apresentadas pela Companhia por seguro garantia. Aguarda-se julgamento de apelação perante o TRF. A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável, mas mantém o registro do passivo por se tratar de obrigação contratual ainda não retirada da Companhia, e porque o valor ainda pende de apuração.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Ainda no âmbito dos litígios envolvendo a Malha Oeste, em janeiro de 2020 a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deliberou instaurar Processo Administrativo Ordinário para gerar um relatório conclusivo quanto ao cabimento, ou não cabimento, de declaração de caducidade da concessão da Malha Oeste por parte da União. A análise será conduzida por uma comissão a ser indicada pela área de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas. A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia o risco de perda como possível.

Em 21 de julho de 2020 a Companhia protocolou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pedido de adesão a um processo de relicitação à terceiros do objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Malha Oeste e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes (“Processo de Relicitação”), nos termos da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957 de 07 de agosto de 2019.

Os depósitos judiciais associados aos litígios de arrendamento e concessão totalizam:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Rumo Malha Paulista	-	119.806
Rumo Malha Oeste	22.119	21.703
	<b>22.119</b>	<b>141.509</b>

Os depósitos judiciais da Subsidiária Rumo Malha Paulista vinculados ao saldo em litígio sobre reequilíbrio do contrato de arrendamento e concessão foram convertidos em favor da União no encontro de contas decorrente do acordo firmado entre as partes no processo de renovação do contrato.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**Arrendamentos parcelados:**

Como condição para celebrar o aditivo de renovação da Malha Paulista, constava a necessidade de a Companhia solucionar o litígio envolvendo o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato original. Para tal foi celebrado um acordo entre Rumo Malha Paulista, União e ANTT, no qual restou acordado: i) um crédito a favor da Companhia relativo a penhoras trabalhistas pagas até 2005; ii) a conversão dos depósitos judiciais existentes em favor da União; iii) um saldo incontroverso em favor da União, parcelado em oito parcelas anuais corrigidas pela Selic (saldo transferido da conta de “Arrendamento e concessão em litígio” para “Arrendamentos parcelados”); iv) uma parcela de passivo a ser compensada com potenciais créditos em favor da Companhia, créditos estes, sujeitos à de apuração a ser realizada por grupo de trabalho envolvendo as partes (saldo mantido na conta de “Arrendamento e concessão em litígio”).

Os efeitos do encontro de contas foram atualizados até a data de registro e resultaram na reversão de R\$ 479.563 (R\$ 348.319 em outras receitas (despesas) operacionais nota 6.3 e R\$ 131.243 em resultados financeiros nota 6.4).

Em razão do acordo celebrado foram requeridas as suspensões dos trâmites de ações judiciais de regresso ajuizadas pela Rumo em face da União para apuração dos créditos trabalhistas que não fizeram parte do acordo (a partir de 2005) e que serão objeto de apuração a ser realizada por grupo de trabalho envolvendo as partes. Em paralelo, as partes apresentaram pedido de homologação judicial do acordo nos autos da ação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**Arrendamentos e outorgas enquadrados no IFRS16 (Nota 5.6)**

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Arrendamentos:</b>		
Rumo Malha Sul	600.745	532.496
Rumo Malha Paulista	475.647	377.944
Rumo Malha Oeste	179.568	216.096
Elevações Portuárias	76.925	74.584
Portofer	12.463	13.435
	<b>1.345.348</b>	<b>1.214.555</b>
<b>Outorgas:</b>		
Rumo Malha Paulista (renovação) <sup>(i)</sup>	492.222	-
Malha Central <sup>(i)</sup>	491.354	2.728.931
	<b>983.576</b>	<b>2.728.931</b>
<b>Total</b>	<b>2.328.924</b>	<b>3.943.486</b>
<b>Circulante</b>	232.212	402.991
<b>Não circulante</b>	2.096.712	3.540.495
	<b>2.328.924</b>	<b>3.943.486</b>

(i) Em 15 de setembro de 2020, a Companhia pagou antecipadamente parte dos passivos de concessão, conforme mencionado na Nota 4.6 e 5.6.

**b) Compromissos de investimento**

Os contratos de subconcessão em que a Companhia, através de suas subsidiárias, é parte, frequentemente incluem compromissos de executar investimentos com certas características durante o prazo do contrato. Podemos destacar:

O aditivo de renovação da concessão da Malha Paulista que prevê a execução ao longo da concessão de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R\$6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017). Deste montante, em torno de R\$3.000.000 compõem o caderno de obrigações, cuja execução física foi de 6%.

O contrato de subconcessão da Malha Central prevê investimentos com prazo determinado (de um até três anos a contar da assinatura do contrato), estimados pela ANTT em R\$645.573. Em 31 de dezembro de 2020, a execução física dos projetos do caderno de obrigações foi de 56%.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

O contrato de concessão e arrendamento da Elevações Portuárias prevê investimentos visando melhoramento e modernização das instalações e equipamentos nela alocados, estimados no montante de R\$340.000. Na data do balanço, a subsidiária havia realizado investimentos ao custo de R\$ 270.629.

### 5.17 Patrimônio líquido

#### a) Capital social

**Política contábil:**

Os incentivos fiscais são registrados, pelo valor justo, quando há razoável segurança de que: (a) a Companhia irá atender aos requisitos relacionados ao incentivo; (b) o incentivo será recebido.

Os efeitos são registrados ao resultado para se contrapor aos custos ou despesas que o incentivo pretende compensar.

A Companhia realizou em 28 de agosto de 2020, aumento de capital no montante de 6.400.000 por meio de oferta pública primária de 294.252.874 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal (Nota 4.3).

Após o aumento do capital social o capital subscrito e inteiramente integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de 16.054.897 (R\$ 9.654.897 em 31 de dezembro de 2019) e está representado por 1.853.268.772 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

	<b>Ações ordinárias</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
<b>Acionistas</b>		
Cosan Logística S.A.	522.463.883	28,19%
Julia Arduini	71.005.654	3,83%
Cosan S.A.	40.065.607	2,16%
Administradores	1.915.912	0,10%
Tesouraria	532.000	0,03%
Free float (em negociação na bolsa de valores)	1.217.285.716	65,68%
<b>Total de ações em circulação</b>	<b>1.853.268.772</b>	<b>100,00%</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**b) Reserva de capital**

**Política contábil:**

As Reservas de Capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Constam como tais reservas o ágio na emissão de ações, a alienação de partes beneficiárias e de bônus de subscrição. Essas são transações de capital com os sócios.

A movimentação do exercício é composta pelas transações com acionistas destacadas abaixo:

- Acréscimo de R\$ 13.536 de transações com pagamento baseado em ações;
- Decréscimo de R\$ 4.819 pelas opções de ações exercidas;
- Decréscimo de R\$ 65.019 referente aos gastos com emissão de ações;
- Decréscimo de R\$ 64 referentes a efeito da distribuição de dividendos para acionistas preferencialistas na controlada Rumo Malha Norte.

**c) Reserva legal**

**Política contábil:**

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404/76.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não destinou reserva legal (R\$ 38.911 em 31 de dezembro de 2019), e destinou o saldo dessa reserva de R\$ 52.129 para absorção pelo prejuízo acumulado de exercícios anteriores registrado no patrimônio líquido da Companhia.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**d) Incentivos fiscais – SUDAM**

**Política contábil**

Os incentivos fiscais são registrados, pelo valor justo, quando há razoável segurança de que: (a) a Companhia irá atender aos requisitos relacionados ao incentivo; (b) o incentivo será recebido.

Os efeitos são registrados ao resultado para se contrapor aos custos ou despesas que o incentivo pretende compensar.

A Rumo Malha Norte obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional.

O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis calculados até 31 de dezembro de 2020 sobre o lucro da exploração foi de R\$109.081 (R\$178.609 em 31 de dezembro de 2019), contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da controlada Rumo Malha Norte.

**e) Ações em tesouraria**

Em 28 de outubro de 2020 foi aprovado o plano de recompra de 21.482.277 ações, o que representa 1,16% do capital social da Companhia, o plano o prazo de realização de 18 meses, ou seja, até 29 de abril de 2022.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia havia registrado a recompra de 532.000, ao preço médio de R\$ 19,34, mantidas em em tesouraria.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

**f) Outros resultados abrangentes**

	31/12/2019	Base	Tributos diferidos	Líquido	31/12/2020
Efeito de conversão moeda estrangeira em controladas	21.436	7.958	-	7.958	<b>29.394</b>
Ganhos atuariais com plano de pensão	(3.193)	865	(294)	571	<b>(2.622)</b>
Custo atribuído	2.834	(30)	-	(30)	<b>2.804</b>
<b>Total</b>	<b>21.077</b>	<b>8.793</b>	<b>(294)</b>	<b>8.499</b>	<b>29.576</b>

	31/12/2018	Base	Tributos diferidos	Líquido	31/12/2019
Efeito de conversão moeda estrangeira em controladas	18.221	3.215	-	3.215	<b>21.436</b>
Perdas atuariais com plano de pensão	(2.694)	(580)	81	(499)	<b>(3.193)</b>
Custo atribuído	3.380	(546)	-	(546)	<b>2.834</b>
<b>Total</b>	<b>18.907</b>	<b>2.089</b>	<b>81</b>	<b>2.170</b>	<b>21.077</b>

## 6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

### 6.1 Receita operacional líquida

#### Políticas contábeis

##### i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**ii. Receita diferida**

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Receita bruta na venda de serviços	1.004.507	633.856	7.349.804	7.473.730
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(54.238)	(37.441)	(383.645)	(385.890)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>950.269</b>	<b>596.415</b>	<b>6.966.159</b>	<b>7.087.840</b>

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

**Composição da receita líquida por serviço:**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Transporte de carga e acessórios	950.269	596.415	6.388.273	6.548.109
Elevação de carga	-	-	377.502	351.563
Direito de passagem	-	-	173.358	164.907
Outros	-	-	27.026	23.261
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>950.269</b>	<b>596.415</b>	<b>6.966.159</b>	<b>7.087.840</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**6.2 Custos e despesas por natureza**

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Material de uso e consumo	(1.064)	(566)	(152.667)	(145.540)
Despesa com pessoal	(18.656)	(7.766)	(932.421)	(923.624)
Depreciação e amortização	(100.700)	(102.956)	(1.617.447)	(1.675.637)
Despesas com serviços de terceiros	(6.036)	(4.710)	(373.470)	(344.339)
Despesas com transporte e elevação	(621.776)	(368.153)	(1.809.056)	(1.696.366)
Despesas com aluguel (Nota 5.6)	-	-	(59.693)	(48.182)
Outras despesas	(15.876)	(25.705)	(214.398)	(138.698)
	<b>(764.108)</b>	<b>(509.856)</b>	<b>(5.159.152)</b>	<b>(4.972.386)</b>
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>(731.144)</b>	<b>(484.314)</b>	<b>(4.721.507)</b>	<b>(4.608.781)</b>
<b>Despesas comerciais</b>	<b>594</b>	<b>107</b>	<b>(30.670)</b>	<b>(6.983)</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>(33.558)</b>	<b>(25.649)</b>	<b>(406.975)</b>	<b>(356.622)</b>
	<b>(764.108)</b>	<b>(509.856)</b>	<b>(5.159.152)</b>	<b>(4.972.386)</b>

**6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Efeito líquido das demandas judiciais	(8.285)	(15.907)	(86.744)	(73.065)
Receita de aluguéis e arrendamentos	25.200	14.420	-	-
Resultado na venda de sucatas / eventuais	7.775	1.830	37.888	45.566
Amortização de direito de uso <sup>(i)</sup>	-	-	(97.560)	(40.545)
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	-	-	42.576	4.454
Créditos fiscais extemporâneos	3.453	13.244	102.576	40.447
Liquidação de disputas no processo de renovação <sup>(ii)</sup>	-	-	278.496	-
Perda por redução ao valor recuperável líquido (Nota 5.12.2)	-	-	(143.984)	-
Outros	(4.636)	(1.903)	(4.861)	(941)
	<b>23.507</b>	<b>11.684</b>	<b>128.387</b>	<b>(24.084)</b>

(i) A depreciação dos ativos de direito de uso da Malha Central está sendo apresentada em outras despesas operacionais, pois a companhia está em fase pré-operacional e, conseqüentemente, não gerando receita.

(ii) R\$ 348.319 de efeito positivo relativo à reversão de passivos de arrendamento em litígio registrado em maio (Nota 5.16.a); e R\$ 69.823 de efeito negativo registrado em janeiro decorrente de disputas administrativas e judiciais envolvendo o Poder Concedente e a Malha Paulista, cuja discussão a Companhia abriu mão como pré-requisito para a conclusão do processo de renovação antecipada da concessão, um dos requisitos impostos pelo TCU – Tribunal de Contas da União.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**6.4 Resultados financeiros**

**Política contábil:**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Custo da dívida bruta</b>				
Juros e variação monetária	(430.964)	(216.470)	(1.075.759)	(1.076.799)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(68.111)	(8.394)	(1.562.336)	(202.789)
Resultado com derivativos e valor justo	328.043	81.723	1.820.960	676.422
Amortização do gasto de captação	(18.344)	(6.208)	(48.020)	(40.395)
Fianças e garantias sobre dívidas	(3.462)	(11.981)	(36.316)	(44.255)
	<b>(192.838)</b>	<b>(161.330)</b>	<b>(901.471)</b>	<b>(687.816)</b>
<b>Rendimentos de aplicações financeiras</b>	49.234	15.438	134.983	155.221
	<b>49.234</b>	<b>15.438</b>	<b>134.983</b>	<b>155.221</b>
<b>Custo da dívida, líquida</b>	<b>(143.604)</b>	<b>(145.892)</b>	<b>(766.488)</b>	<b>(532.595)</b>
<b>Outros encargos e variações monetárias</b>				
Juros sobre outros recebíveis	39.459	8.572	42.007	47.311
Arrendamento e concessão em litígio	-	-	(108.016)	(190.272)
Passivos de arrendamento	(10)	(56)	(549.489)	(363.753)
Despesas bancárias e outros	(4.767)	(1.099)	(54.862)	(52.104)
Reversão de encargos de passivo de arrendamento em litígio <sup>(i)</sup>	-	-	131.243	-
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(9.686)	(21.458)	(152.484)	(84.386)
Variação cambial e derivativos	(4.477)	(2.054)	(15.006)	(3.104)
Juros sobre outras obrigações	(4.953)	(4.722)	(722)	(19.224)
	<b>15.566</b>	<b>(20.817)</b>	<b>(707.329)</b>	<b>(665.532)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(128.038)</b>	<b>(166.709)</b>	<b>(1.473.817)</b>	<b>(1.198.127)</b>
<b>Reconciliação</b>				
Despesas financeiras	(472.186)	(261.996)	(1.894.425)	(1.871.188)
Receitas financeiras	88.693	24.012	176.990	202.532
Variação cambial	(72.588)	(10.448)	(1.577.342)	(205.839)
Derivativos	328.043	81.723	1.820.960	676.368
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(128.038)</b>	<b>(166.709)</b>	<b>(1.473.817)</b>	<b>(1.198.127)</b>

(i) Efeito positivo relativo à parcela de encargos incluída na reversão de passivos de arrendamento em litígio registrada em maio (Nota 5.16.a).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**6.5 Pagamento com base em ações**

**Política contábil:**

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição (que não são de mercado) serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

**a) Descrição dos acordos**

A Companhia possui dois planos de remuneração baseados em ações. O primeiro, o “Plano de *stock grant*”, concede ações da Companhia para administradores e funcionários. O segundo, o “Plano de *stock option*”, concede o direito de adquirir ações (opções) da Companhia a um preço determinado. Em ambos os casos, o direito de adquirir ou receber ações está condicionado ao cumprimento do período de carência de cada plano.

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, a seu critério, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes para a elaboração e estruturação de cada plano e na legislação aplicável.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Em 21 de dezembro de 2016, foi aprovado em Assembleia o modelo de Remuneração Baseada em Ações (“*Stock Grant*”), que passou a ser aplicado nas outorgas a partir de então. Esse modelo prevê a distribuição de até 3% do capital social da Companhia, já considerando o efeito de diluição da distribuição das ações outorgadas no âmbito do plano. O plano tem como objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; e (iii) incentivar a visão de empreendedor do negócio.

O número de ações a serem distribuídas será determinado pelo Conselho de Administração ou o Comitê, se instituído, e equivalerá ao valor de fechamento da ação da emissora no pregão - na B3 - imediatamente anterior à outorga. As ações concedidas no Plano de Remuneração Baseado em Ações serão transferidas mediante o pagamento do preço de exercício (R\$0,01), uma vez cumprido o período de carência estipulado sob os termos de cada Programa de outorga de ações, sendo a quantidade ajustada pelo número proporcional aos dividendos pagos no período. A metodologia *Black-Scholes* é usada para determinar o valor justo das ações entregues.

Os seguintes acordos de pagamento baseados em ações:

<b>Planos <i>stock grants</i></b>	<b>Período de carência (anos)</b>	<b>Data da outorga</b>	<b>Taxa de juros</b>	<b>Volatilidade</b>	<b>Ações outorgadas</b>	<b>Exercidas / canceladas</b>	<b>Vigentes em 31/12/2020</b>	<b>Preço de mercado na data de outorga - R\$</b>	<b>Valor justo na data de outorga - R\$</b>
Plano de 2015	5	01/10/2015	11,33%	42,75%	1.485.900	(1.485.900)	-	6,10	6,10
Plano de 2016	5	02/01/2017	11,33%	42,75%	1.476.000	(236.000)	1.240.000	6,10	6,10
Plano de 2017	5	01/09/2017	9,93%	29,76%	870.900	(144.450)	726.450	10,42	10,42
Plano de 2018	5	01/08/2018	10,93%	31,97%	1.149.544	(173.453)	976.091	13,94	13,94
Plano de 2019	5	15/08/2019	6,28%	27,46%	843.152	(29.074)	814.078	22,17	22,17
Plano de 2020	5	11/11/2020	6,94%	41,03%	776.142	-	776.142	20,01	20,01
					<b>6.601.638</b>	<b>(2.068.877)</b>	<b>4.532.761</b>		

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**b) Reconciliação de opções de ações outorgadas em circulação**

O movimento no número de prêmios em aberto e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são os seguintes:

	<i>Stock option</i>		<i>Stock option</i>
	<b>Antiga ALL</b>		<b>Rumo S.A</b>
	<b>Quantidade de opções</b>	<b>Preço médio de exercício</b>	<b>Quantidade de ações</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	198.225	<b>54,83</b>	<b>4.538.373</b>
Outorgadas	-	-	843.152
Perdidas / canceladas	(47.563)	61,04	(127.407)
Exercidas / entregues	-	-	(25.932)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>150.662</b>	<b>56,61</b>	<b>5.228.186</b>
Outorgadas	-	-	776.142
Exercidas / entregues	-	-	(1.325.548)
Perdidas / canceladas	(51.311)	73,59	(146.019)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>99.351</b>	<b>68,54</b>	<b>4.532.761</b>

**c) Despesa reconhecida no resultado**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram reconhecidos R\$13.730 como despesas relativas à apropriação dos Planos de “*Stock Option*” (R\$10.472 em 31 de dezembro de 2019).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**6.6 Lucro por ação**

**Política contábil:**

**a) Lucro básico por ação**

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

**b) Lucro diluído por ação**

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado do exercício	297.163	778.237
<b>Efeito de diluição:</b>		
Efeito dilutivo - Brado Logística	-	1.466
Resultado diluído do exercício atribuído aos acionistas controladores	297.163	779.703
<b>Denominador:</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	1.664.084	1.559.167
<b>Efeito de diluição:</b>		
Efeito dilutivo - Brado Logística	-	3.264
Efeito dilutivo - Remuneração baseada em ações	4.456	4.249
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído	1.668.540	1.566.680
<b>Resultado básico por ação ordinária</b>	<u><b>R\$0,17857</b></u>	<u><b>R\$0,49914</b></u>
Resultado diluído por ação ordinária	<u><b>R\$0,17810</b></u>	<u><b>R\$0,49768</b></u>

### Instrumentos diluidores

Os acionistas não controladores da controlada indireta Brado, têm direito de exercer a Opção de Liquidez prevista no acordo de acionistas celebrado em 05 de agosto de 2013. Tal opção consiste na substituição da totalidade das ações detidas pelos referidos acionistas não controladores por uma quantidade de ações da Companhia determinada de acordo com a razão de troca estabelecida, que leva em consideração o valor econômico a ser estabelecido tanto para o negócio Brado quanto para o negócio da Companhia. A critério exclusivo da Companhia, um pagamento equivalente em caixa também é possível. As premissas de valor e forma de liquidação estão sujeitas à decisão do procedimento arbitral e em 31 de dezembro de 2020 o efeito é antidilutivo enquanto para 31 de dezembro de 2019 a melhor estimativa é de 3.264 ações, com efeito dilutivo, que portanto considerados na análise do lucro por ação diluído.

A Companhia possui planos de remuneração baseados em ações, como detalhado na nota 6.5, cujos instrumentos (opções ou ações restritas). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 possuem efeito dilutivo.